

Universidade de Brasília
Departamento de Economia

Estudo sobre Competição Política e Performance Econômica. Evidências dos Estados Brasileiros

Paulo Moreira Marques

Brasília
Março de 2011

Paulo Moreira Marques

Estudo sobre Competição Política e Performance Econômica. Evidências dos Estados Brasileiros

Dissertação apresentada ao Departamento
de Economia da Universidade de Brasília –
UnB como requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Pinheiro
Machado Mueller

Brasília
Março de 2011

“Estudo sobre Competição Política e Performance Econômica. Evidências dos Estados Brasileiros”

PAULO MOREIRA MARQUES

Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília – UnB como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Economia

Avaliação **BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Bernardo Pinheiro Machado Mueller
Orientador

Prof. Dr. Rodrigo Andrés de Souza Peñaloza
Membro Interno

Prof. Dr. Paulo Du Pin Calmon
Membro Externo

Brasília
Março de 2011

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as conquistas ao longo do meu caminho. Agradeço ao meu pai e a minha mãe pelos exemplos bons a serem seguidos e pelo apoio dado durante todo esse percurso. Agradeço aos meus irmãos Ana e Guilherme, que mesmo diante das diferenças, sempre serão o meu porto seguro.

Agradeço aos amigos que sem os quais eu não teria chegado até aqui.

Agradeço ao meu Orientador Bernardo Mueller pela paciência, dedicação e orientação dadas ao longo deste trabalho e pelas excelentes aulas ministradas durante o mestrado. Aulas essas que incentivaram a criação do tema desta dissertação e demonstraram uma das áreas mais fascinantes do conhecimento econômico.

Agradeço ao professor Rodrigo Peñaloza pela ajuda e sugestões dadas na elaboração deste trabalho e pela qualidade das aulas ministradas durante o mestrado e na graduação. Aulas essas que foram muito além das ementas normalmente ofertadas e que ajudaram não só na formação do economista, mas da pessoa.

Agradeço ao professor Paulo Calmon pelas críticas e sugestões construtivas que ajudaram no desenvolvimento e crescimento deste trabalho.

Em especial agradeço a minha namorada Geny Helena pela ajuda, companheirismo e apoio dados ao longo desse caminho. Ela certamente foi um estímulo para essa conquista e é um objetivo para as demais.

“... as instituições, ao reduzir o preço que nós pagamos por nossas convicções, tornam ideias, dogmas, modismos e ideologias fontes importantes de mudança institucional.”

Douglass North, 1990

RESUMO

O presente trabalho visa esclarecer os efeitos da adoção do regime democrático, o único que possibilita a competição política, sobre a performance econômica das sociedades. Abordando a importância das instituições sobre o desenvolvimento econômico, uma ampla discussão sobre os efeitos da competição política na qualidade das políticas públicas adotadas e sobre a performance econômica de diversos países é realizada, uma vez que essa competição afeta as decisões dos formuladores de políticas públicas. Posteriormente, com o intuito de verificar os efeitos da competição política, um estudo empírico dos efeitos desta é realizado nos estados brasileiros durante as eleições de 1982-2006. Utilizando um conjunto de variáveis para mensurar competição política, entre eles um índice de concentração política, os resultados demonstram evidências de que a competição afeta a qualidade das políticas públicas e a performance econômica dos estados, pois grupos de interesses podem capturar o processo democrático, diminuindo, assim, a performance econômica.

Palavras-chave: Instituições, Competição Política, Performance Econômica.

ABSTRACT

This paper aims to shed lights on the effects of adoption of democratic regime, the only one that allows political competition, on the economic performance of societies. Addressing the importance of institutions on economic development, a wide discussion on the effects of political competition in the quality of adopted public policies and on the economic performance of many countries is done, once this competition affects the decisions of policymakers. Later, with the aim of investigating the effects of political competition, an empirical study of the effects of that is carried out in the Brazilian states during the elections from 1982 to 2006. Using a set of variables to measure political competition, including an index of political concentration, the results show evidence that competition affects the quality of public policies and states economic performance, because interest groups can capture democratic process and therefore reduce economic performance.

Keywords: Institutions, Politic Competition, Economic Performance.

SUMÁRIO

Introdução	1
1 Arcabouço Teórico	3
1.1 Instituições	3
1.2 Regime Democrático	5
2 Competitividade e Desenvolvimento Econômico	9
2.1 Efeito Através do Bloqueio	9
2.1.1 Definição de Grupos de Interesse e Formuladores de Políticas Públicas	10
2.1.2 Relação entre Grupos de Interesse e Políticos	10
2.1.3 Jogo	13
2.1.4 Bloqueio	17
2.2 Efeito Através da Qualidade	20
2.2.1 Incentivos X Qualidade	23
2.2.2 Estudo na Itália	25
2.2.3 Estudo na Bélgica	28
2.2.4 Estudo na Espanha	30
3 Efeitos Negativos da Competitividade Política	33
3.1 Número de Partidos	33
3.2 Polarização	35
3.3 Instabilidade	36
3.3.1 Botsuana	37
3.3.2 Colômbia	39
3.3.3 Venezuela	41
4 Caso Brasileiro	44

4.1 Estudos no Brasil	44
4.2 Análise Empírica	47
4.2.1 Mensurando Competição Política	48
4.2.2 Variáveis Dependentes	52
4.2.3 Resultados das Regressões	54
Conclusão	65
Bibliografia	68
Apêndice 1	72
Apêndice 2	75
Apêndice 3	76

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1	58
Gráfico 2	61
Gráfico 3	76
Gráfico 4	76
Gráfico 5	76
Gráfico 6	76
Gráfico 7	76
Gráfico 8	76
Gráfico 9	77
Gráfico 10	77
Gráfico 11	77
Gráfico 12	77
Gráfico 13	77
Gráfico 14	77
Gráfico 15	78
Gráfico 16	78
Gráfico 17	78
Gráfico 18	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	55
Tabela 2	59
Tabela 3	62
Tabela 4	63
Tabela 5	74

Introdução

O regime democrático de governo é o único que possibilita a competitividade política na sua estrutura e essa, por sua vez, representa a sua principal característica de diferenciação com relação a outros regimes de governo. Estudar os efeitos dessa característica sobre o desenvolvimento econômico ajuda a compreender os efeitos da adoção desse regime e a melhor forma de sua adoção. O presente trabalho expõe uma discussão sobre competitividade política e performance econômica em ambientes democráticos. Aponta os dois principais meios pelos quais a competitividade política afeta a performance econômica na literatura. Analisa também sobre quais aspectos a competitividade econômica pode ter um efeito negativo sobre o desenvolvimento econômico e a relação importante existente entre fatores institucionais e a competição política. Finalmente, com o intuito de demonstrar empiricamente a relação entre competitividade política e performance econômica, um estudo da competitividade política nos estados brasileiros também é realizado na parte final desse trabalho.

Diversos estudos analisam as consequências da competitividade política no desenvolvimento econômico (BESLEY *et al.*, 2006; ACEMOGLU e ROBINSON, 2006; PARENTE e PRESCOTT, 1999; SVENSSON, 1998). Na literatura, a competição política afeta a performance econômica, segundo alguns autores (ACEMOGLU e ROBINSON, 2000; PARENTE e PRESCOTT, 1999), através da possibilidade do bloqueio de políticas eficientes, pois a falta de competitividade permite que grupos estabelecidos no poder bloqueiem a adoção de políticas eficientes para a sociedade ao longo do tempo. Outro meio pelo qual a competitividade política afeta o desenvolvimento econômico é através da alteração da qualidade dos políticos. Alguns autores (BESLEY *et al.*, 2006; PADOVANO e RICCIUTI, 2008; ASHWORTH *et al.*, 2007) têm defendido o argumento de que uma maior competição política leva os partidos a selecionarem candidatos de melhor qualidade (menos suscetíveis à corrupção) para concorrerem às eleições e essa melhora na qualidade resulta na adoção de melhores políticas públicas.

O trabalho estrutura-se em seis partes. Após essa introdução inicial, no primeiro capítulo, é exposto o arcabouço teórico no qual a discussão sobre competitividade e desempenho econômico se fundamenta. Nesse capítulo, a abordagem

do conceito de instituições e sua relação com o desenvolvimento econômico é estabelecida. Dando prosseguimento a essa discussão, o capítulo também expõe o conceito de regime democrático e a relação estreita entre a presença da competitividade política e a definição de um regime como democrático.

O segundo capítulo apresenta a discussão sobre os meios pelos quais a competitividade afeta a performance econômica. A primeira seção desse capítulo estuda a relação entre os grupos de interesse e os políticos. Dando sequência a esse estudo, um jogo que ilustra a relação entre as escolhas dos grupos de interesse e as escolhas dos políticos é exposto. Posteriormente, apresenta-se a discussão sobre o efeito do bloqueio da adoção de políticas eficientes pelos políticos devido à influência desses grupos num ambiente de baixa competitividade política. A terceira seção aborda os argumentos de Besley *et al.* (2006) sobre o efeito da competitividade política na qualidade dos políticos candidatos a algum cargo público e expõe alguns trabalhos que defendem o mesmo argumento.

Já o terceiro capítulo aponta algumas características institucionais e sociais do ambiente político sobre as quais o aumento da competitividade política pode afetar negativamente a performance econômica.

Por fim, no quarto capítulo, uma seção inicial aborda alguns trabalhos relacionados à competitividade política no Brasil. Posteriormente um estudo empírico é realizado com relação aos efeitos da competitividade política nos estados brasileiros. Finalmente, na sexta e última seção uma breve conclusão sobre o trabalho é exposta.

Capítulo 1 – Arcabouço Teórico

Para que se possa entender em que contexto teórico a relação entre competição política e performance econômica se estabelece, se faz necessário – num primeiro plano – expor alguns aspectos sobre a teoria das instituições e exemplificar melhor o conceito de regime democrático, o qual possibilita a competição política.

1.1 Instituições

Da mesma forma que em um determinado mercado as regras do jogo, que delimitam as escolhas dos agentes, afetam diretamente a eficiência deste, as instituições de um país também direcionam os resultados de sua performance econômica para um maior ou menor desempenho. Para sustentar essa ideia, este trabalho considera a existência de custos de transação nas escolhas realizadas pelos agentes dentro do mercado político de cada país. Como as deliberações nesse mercado são estabelecidas em um ambiente muito amplo e complexo de decisões e os seres humanos possuem uma capacidade mental limitada no processo de formulação dessas escolhas, então existem custos de transação no mercado político. Além disso, as dificuldades institucionais de estabelecer uma relação eficiente de incentivos entre os agentes e o principal (eleitor e legislador; legislador e executor de políticas) nesse mercado de informação incompleta (SVENSSON, 1998) geram grandes custos de transação, fazendo com que o mercado político seja imperfeito (NORTH, 1990, 1986).

Diante disso Douglass C. North (1990) argumenta que a substituição das hipóteses básicas do modelo neoclássico¹ pelas teorias de custo de transação nos modelos de escolhas racionais ajudaria a explicar melhor os mercados políticos, uma vez que os custos de transação existentes nesse mercado não permitem que sejam analisados como mercados eficientes. Para que o mercado de política fosse eficiente, os políticos e os eleitores afetados deveriam saber todos os resultados possíveis das escolhas de uma determinada política adotada, o que no mundo real é praticamente impossível.

¹ As hipóteses básicas do modelo neoclássico são a racionalidade instrumental (os agentes possuem modelos corretos para interpretar o mundo ou são capazes de aprender através do *feedback* que é sempre fornecido a eles) e a existência de mercados eficientes.

Desse modo, os custos de transação existentes no mercado político fornecem os incentivos necessários para que sejam adotadas restrições nas interações humanas fazendo com que as trocas sejam estruturadas e os custos sejam minimizados, diminuindo, conseqüentemente, a incerteza nesse mercado. Contudo, essas restrições (instituições) não são adotadas necessariamente de forma eficiente. Uma vez que o conhecimento dos agentes a respeito de suas decisões não é pleno, as instituições são formuladas e desenvolvidas pelas sociedades num processo de aprendizagem ao longo do tempo que envolve erros e acertos, mas que tende a diminuir a ineficiência inicial (NORTH, 1986). Assim, a teoria das instituições ajuda a formular um ambiente estável de troca nesse mercado político, reduzindo os custos de transação e tornando esse mercado mais eficiente.

A importância dessas instituições políticas na sua relação com o desempenho econômico está diretamente relacionada à eficiência dessas instituições na garantia do direito de propriedade. Olson (1993) demonstra a importância dessa garantia como incentivo para a organização da sociedade e seu desenvolvimento. Acemoglu *et al.* (2002) afirmam que uma boa organização social é aquela que garante a todos os grupos de uma sociedade os seus direitos de propriedade. Portanto, somente diante dessas instituições que garantem o direito de propriedade é possível fornecer os incentivos adequados para os agentes que procuram oportunidades para produzir e receber os retornos de seus investimentos. As instituições que fornecem esses incentivos também devem garantir que esse direito sobre a propriedade privada seja estendido a toda a sociedade, pois, dessa forma, haverá um ambiente favorável ao largo alcance desses direitos, onde a sociedade como um todo pode ser contemplada com essa garantia, em detrimento de pequenos segmentos privilegiados com a garantia de seus direitos de propriedade assistida. Ou seja, a concentração de poder político e social nas mãos de uma pequena elite, através das instituições estabelecidas dentro de um país, significa que a grande maioria da população corre o risco de ser prejudicada depois de ter iniciado o seu investimento e, por isso, a ampla garantia do direito de propriedade na sociedade estabelecido pelas instituições é essencial para estimular os investimentos e, conseqüentemente, proporcionar crescimento econômico (ACEMOGLU *et al.*, 2002).

Entre os diversos fatores que influenciam o desempenho econômico de um país as suas características institucionais têm sido referenciadas pela literatura como um dos principais aspectos que estabelece esse desempenho (NORTH, 1994; ACEMOGLU *et al.*, 2002, 2001a, 2001b; OSTROM, 2000; OLSON, 1993). Não obstante, alguns

autores, como Przeworski (2004) e Glaeser *et al.* (2004), atenuam a relevância das instituições sobre a performance econômica dos países, sem, contudo, negar a sua importância no crescimento econômico. Esses autores argumentam que existem outros aspectos, por exemplo, capital humano e igualdades de direitos políticos e econômicos, que prevalecem sobre os aspectos institucionais como fatores responsáveis pelo desenvolvimento econômico.

Assumindo o papel relevante das instituições na economia, este trabalho utiliza o conceito de instituições de Douglass C. North, prêmio Nobel de Economia em 1993, que define instituições como:

Instituições são um mecanismo humano de restrição que estrutura as interações humanas. Elas são constituídas de restrições formais (por exemplo, regras, leis, constituições), restrições informais (por exemplo, normas de comportamento, convenções sociais, códigos de conduta pessoais), e das características de implementação dessas restrições. Juntos eles definem a estrutura de incentivos das sociedades e caracterizam as economias. (NORTH, 1994, p. 360).

Diante desse conceito, entender como essas instituições podem afetar a performance econômica auxilia na formulação e desenvolvimento das instituições em um país, visto que diferentes instituições podem gerar diferentes produtos. Como entre as diversas instituições existentes numa sociedade as políticas são aquelas que determinam a distribuição do poder entre os agentes, estabelecendo aqueles que terão a capacidade de influenciar ou não a formulação dessas instituições, passa a ser fundamental compreender como certas características institucionais podem afetar o desenvolvimento econômico. Este trabalho prioriza a competitividade política gerada pelas instituições dentro do mercado político para estudar as consequências dessa característica sobre o desenvolvimento econômico. Analisando esse mercado através dos efeitos da competitividade que podem existir dentro dele, pode-se compreender como o regime democrático pode afetar o desenvolvimento econômico dos países.

1.2 Regime Democrático

Assumindo a relevância das instituições sobre o desempenho econômico deve-se agora definir em que arranjo institucional a competitividade política é estabelecida. A importância do conceito de democracia neste trabalho está relacionada ao fato de que o

regime democrático, devido a sua definição, é o único regime que possibilita a competitividade política. Nesse tipo de arranjo institucional a competitividade se estabelece e influencia o desempenho econômico assim como diferentes instituições afetam o produto final da economia gerando incentivos que influenciam as escolhas dos agentes.

O conceito clássico de democracia é definido como um arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade. Nesse conceito, existe uma dificuldade de se definir um bem comum, como também de assumir que o povo tem uma opinião definida e racional a respeito de todas as questões e que manifesta essa opinião pela escolha de representantes que se encarregam de sua execução. Como as sociedades normalmente são formadas por uma grande diversidade de indivíduos a vontade da maioria não pode ser a vontade do povo (SCHUMPETER, 1961). Segundo Schumpeter, o conceito clássico de democracia só é possível existir de forma idealista ou religiosa, pois assim os seus argumentos poderiam sobreviver à análise empírica e lógica dos fatos. Assim adotamos o conceito de democracia elaborado por Schumpeter que define democracia da seguinte forma:

O método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor. Nesse conceito o papel principal do povo é formar um governo e o poder de decidir sobre assuntos políticos passa a ser secundário (no conceito clássico esse papel é o principal). (SCHUMPETER, 1961, p. 328).

Diante desse conceito de democracia observamos que a competitividade política no sistema institucional democrático representa uma das principais características desse arranjo. Através do conceito de democracia de Schumpeter um regime democrático não poderia nem mesmo ser considerado democrático sem a existência de uma competitividade política, tendo em vista que sem esta um indivíduo não estaria adquirindo o poder mediante a disputa competitiva dos votos do eleitor.

Outro conceito importante de democracia utilizado na literatura é o de Przeworski *et al.* (2000). Segundo ele, democracia é um regime no qual a seleção daqueles que governam é realizada através de eleições contestáveis. O conceito de eleições contestáveis significa que existe uma oposição que possui alguma chance de vencer a disputa pelo cargo como resultado de uma eleição. Przeworski *et al.* afirmam

que a contestação possui três características: incerteza anterior, irreversibilidade posterior, e uma repetibilidade. A incerteza anterior significa que existe uma probabilidade positiva de um membro da coalizão que está no poder perder as próximas eleições. Irreversibilidade posterior diz que o resultado de uma eleição não é reversível no regime democrático, ou seja, mesmo que a oposição vença esta não será destituída do poder. A terceira e última característica significa que as eleições devem ser repetidas. Isso quer dizer que seja qual for o vencedor de uma eleição este não poderá utilizar o cargo para impedir um político competitivo de vencer as próximas eleições.

O objetivo dessa definição de Przeworski *et al.* (2000) é estabelecer uma distinção entre os regimes que permitem alguma, ou até mesmo limitada, competição entre visões e interesses conflitantes dentro de uma mesma sociedade e aqueles regimes que possuem alguns valores e interesses como monopólio e que são defendidos através da ameaça ou do uso da força. Com essa definição Przeworski *et al.* buscam classificar os países no seu trabalho como democráticos e não-democráticos e demonstram que a ausência de uma oposição política legalizada é o motivo mais comum para classificar um regime como não-democrático.

Como vemos, esse conceito de regime democrático de Przeworski *et al.* (2000) também ajuda a ressaltar a importância da competição política no regime democrático. Mais uma vez a relação direta entre competitividade política e regime democrático se mostra estreita assim como no conceito de Schumpeter, já que sem a existência do primeiro também não se pode nem mesmo definir um regime como sendo democrático segundo a definição de Przeworski *et al.* (2000), pois não seria possível estabelecer eleições contestáveis.

Linz e Stepan (1996) estendem o conceito de democracia afirmando que um regime democrático consolidado deve satisfazer cinco condições básicas. Partindo do pressuposto que democracia é uma forma de governo de um Estado, é preciso, antes de apontar essas cinco condições, considerar a existência de um Estado. A partir dessa consideração, Linz e Stepan apontam as seguintes características fundamentais para a definição de um regime democrático consolidado: primeiro, devem existir condições para o desenvolvimento de uma sociedade civil livre e participativa; segundo, deve existir uma sociedade política relativamente autônoma e significativa; terceiro, devem existir leis que garantam os direitos dos cidadãos livres e de uma vida associativa independente; quarto, deve existir um estado burocrata disponível para a utilização de

um novo governo burocrático; quinto, deve existir uma sociedade econômica institucionalizada.

Essas características, entretanto, estão relacionadas à consolidação do regime democrático, ou seja, há adjetivos que devem ser adicionados ao conceito de democracia para que essa seja considerada consolidada. Desse modo, muitos países que nesse trabalho são considerados democráticos não preenchem necessariamente essas cinco características apontadas por Linz e Stepan (1996) e, por isso, não podem ser consideradas democracias consolidadas. Como o foco desta pesquisa não é a verificação se uma democracia é realmente consolidada ou não, mas sim identificar em que arranjo institucional a competitividade política se estabelece, o conceito de democracia de Schumpeter já fornece uma base conceitual satisfatória para esse trabalho.

Com o conceito de democracia estabelecido tem-se a definição do arranjo institucional que possibilita a competição política. Sendo essa competição relacionada diretamente ao conceito de democracia, portanto, qualquer benefício que o regime democrático possa ofertar em relação ao regime autoritário está diretamente relacionado com a possibilidade ou não de competição política. Logo, estudar os efeitos e os meios pelos quais essa competitividade política afeta o desenvolvimento econômico ajuda a entender as consequências da instituição democrática sobre a performance econômica de cada país.

Capítulo 2 – Competitividade Política e Desenvolvimento Econômico

A convicção de que o monopólio no mercado de bens de consumo tende a provocar desvios na maximização do bem estar do consumidor é um pensamento comum entre os economistas. No entanto, a falta de competitividade no mercado político também tem sido argumentada por alguns autores (STIGLER, 1972; SVENSSON, 1998) como motivo para desvios na performance econômica. Existem na literatura estudos que analisam quais são os efeitos da competição política sobre o desenvolvimento econômico e social (PADOVANO e RICCIUTI, 2008; CHAMOM *et al.*, 2008; ASHWORTH *et al.*, 2007; BESLEY *et al.*, 2006; GARCIA-VEJA e HERCE, 2005). Dentro dessa discussão a competitividade política afeta o desempenho econômico através de dois meios principalmente. O primeiro consiste no fato de que uma maior competitividade política diminui o efeito do bloqueio à adoção de novas tecnologias dentro de uma sociedade possibilitando uma melhor performance econômica. Esse ponto é defendido e modelado nos trabalhos de Acemoglu e Robinson (2000) e Parente e Prescott (1999). O segundo meio é apontado principalmente pelo trabalho de Besley *et al.* (2006), no qual a competitividade política afeta a performance econômica através da alteração da qualidade dos políticos que assumem o poder.

Como um dos objetivos desse trabalho é defender a ideia de que o efeito da competitividade política sobre o desenvolvimento econômico ocorre principalmente através do modelo desenvolvido por Acemoglu e Robinson (2000), a discussão será iniciada a partir da exposição deste ponto para, posteriormente, seguir a análise do trabalho de Besley *et al.* (2006) e seus seguidores.

2.1 Efeito Através do Bloqueio

Antes de discutir o modelo de Acemoglu e Robinson (2000) e outros autores que defendem a mesma tese do efeito negativo do bloqueio, cabe primeiro analisar a relação existente entre os formuladores de políticas públicas e os grupos de interesse existentes dentro do mercado político, tendo em mente que essa análise possibilita uma

melhor compreensão acerca de como um grupo de interesse ligado ao poder pode bloquear algumas demandas da sociedade.

2.1.1 Definição de Grupos de Interesse e Formuladores de Políticas Públicas

Antes que a análise entre a relação dos grupos de interesse e os formuladores de políticas públicas se estabeleça aqui de fato, é importante primeiramente defini-los. Helpman e Grossman (2001) definem um grupo de interesse como sendo um grupo que deseja políticas que não seriam de interesse para a maioria dos cidadãos. Assim, qualquer grupo formado por uma minoria de cidadãos que compartilham as mesmas características identificáveis e preocupações em um grupo de questões (questões da agenda política), pode ser determinado como sendo um grupo de interesse.

Diante dessa definição é válido como exemplos de grupos de interesse os representantes de grandes setores produtivos de uma economia (setor de exportação agrícola, setor de mineração, setor industrial, etc) e trabalhadores organizados em sindicatos. Com relação aos formuladores de políticas públicas, a exemplificação pode ser feita com representantes de qualquer político que esteja diretamente ou indiretamente relacionado com a formulação de políticas públicas, por exemplo, presidente, governadores, senadores e deputados.

2.1.2 Relação entre Grupos de Interesse e Políticos

No sistema democrático representativo a deliberação política necessita de dinheiro para ocorrer, em função de a disseminação da informação necessitar de subsídios, o que faz com que o dinheiro seja o meio através do qual a dominação ideológica possa se dar. Desse modo, para que os partidos políticos possam se manter e para que a competição política possa ser colocada em prática, há a necessidade do dinheiro, pois a competição por votos não poderia existir se não fossem os recursos materiais para convencer o eleitor (PIRONI, 2008). Como consequência dessa necessidade de recursos, surge uma relação de interesse entre os donos do capital financeiros e os políticos.

Essa relação entre os donos do capital e os políticos pode gerar dois efeitos. O primeiro, como citado acima, seria o da promoção da competitividade política entre os partidos como consequência dos recursos arrecadados junto aos donos do capital. O segundo efeito é a possibilidade de corrupção que passa a existir devido à relação

estreita dos incentivos existentes entre os financiadores de campanha e os políticos financiados (ZOVATTO, 2005). Esse último efeito, no entanto, pode provocar uma distorção da competitividade necessária no regime democrático porque desvirtua a relação um eleitor um voto.

Segundo Potters e Sloof (1996), existem fortes evidências de que grupos de interesse possuem a capacidade de afetar o processo de decisão política, devido aos incentivos existentes de ambos os lados. Enquanto o incentivo dos políticos está na necessidade de recursos para que possam estabelecer uma campanha competitiva, o incentivo dos financiadores está relacionado à necessidade de influenciar a formulação da agenda política após as eleições, pois esta pode afetá-los economicamente. Assim, diante desses incentivos, os financiadores de campanha adquirem um acesso privilegiado aos formuladores de políticas públicas possibilitando muitas vezes a corrupção, que desequilibra o processo democrático de representatividade da sociedade. Em síntese, podemos afirmar que ao mesmo tempo em que essa relação existente entre os financiadores de campanhas e os políticos estabelece a competitividade nas eleições ela também possibilita distorções que diminuem essa competitividade tanto nas eleições como no processo de deliberação das políticas públicas.

Henisz e Zelner (2003) estudam essa relação entre grupos de interesse e formuladores de políticas públicas. Segundo eles, as firmas não competem apenas no mercado de bens e produtos, mas também nos seus esforços na arena política para manipular regulação, leis, etc. O político promove isso fazendo *lobby* e doações. Como os agentes políticos são racionais e estão buscando o seu próprio interesse, os grupos de interesse conseguem o seu apoio dando em troca um suporte eleitoral (contribuições de campanhas) e fazendo *lobby*. Com isso a demanda de grupos acaba prevalecendo diante do interesse individual, afinal grupos concentrados têm mais poder e influência devido à possibilidade de oferecerem maiores benefícios aos políticos. Além disso, os grupos de interesse possuem muito mais informação e meios para atingir o seu objetivo do que um indivíduo sozinho.

Segundo eles, as consequências desse tipo de ambiente político dependem dos interesses econômicos e das instituições, pois essas moldam a forma como os interesses desses grupos podem afetar a formulação de políticas públicas. Assim, podem existir ocasiões nas quais os políticos preferam atender um grande interesse da sociedade antes de atender o interesse de um grupo específico, isso por que, às vezes, instituições estabelecem custos muitos elevados para a tentativa de *lobby* o que pode inibir essa

atitude. Ou seja, em um regime democrático nem sempre as políticas são direcionadas exclusivamente para as demandas dos grupos de interesses. Com relação a certos assuntos, esses grupos podem ser indiferentes aos resultados possíveis o que possibilita aos políticos atenderem às demandas da sociedade. Outro ponto que possibilita isso é o alto custo político perante a sociedade que a demanda dos grupos de interesse podem provocar, comprometendo assim a sua possibilidade de reeleição ou de outra futura candidatura.

Pironi (2008) também argumenta que no regime democrático representativo adotado por diversos países a capacidade de grupos de interesse de alterar a relação um eleitor um voto é muito grande. Segundo ela, não podemos afirmar que eles estão necessariamente comprando votos, mas também não se pode negar a existência da utilização de sua influência nos casos em que os seus interesses estejam sendo atingidos – influência conseguida, por sua vez, através do financiamento da campanha dos políticos que eles apoiaram. O congressista americano Tim Penny do Estado do Minnesota resumiu essa argumentação para o caso americano da seguinte forma:

Não há olho por olho neste negócio, não existe um cheque por um voto. Mas, no entanto, a influência está lá. Os candidatos sabem de onde o seu dinheiro está vindo. (SCHRAM, 1995, p.16).

Diante dessas evidências fica nítida a existência de uma relação estreita entre os financiadores de campanha e os políticos financiados e que mesmo após as eleições essa relação tende a persistir. Uma vez que um grupo político se estabelece no poder ele continua ligado ao grupo de interesse que possibilitou a sua vitória e dessa forma estabelece um processo de barganhas e trocas entre os políticos e os financiadores de campanha. Do mesmo modo, o grupo de interesse que financiou o grupo perdedor fica com um acesso aos políticos vencedores prejudicado se seus interesses forem contrários aos financiadores do grupo vencedor e, conseqüentemente, perdem o poder de influenciar a agenda política da forma mais eficiente para eles. Contudo, não é fácil testar se grupos de interesses estão realmente influenciando os resultados da formação de políticas públicas através da sua influência com os formuladores de políticas. É difícil isolar a relação causal entre políticas aprovadas ou bloqueadas pela influência de um determinado grupo de interesse (HELPMAN e GROSSMAN, 2001). Não obstante, muitos buscam realizar um estudo analítico para definir os efeitos possíveis dessa relação (entre grupos de interesse e políticos) analisando os impactos que esses possam

gerar sobre a economia e os incentivos existentes para a adoção deste comportamento pelos grupos de interesse e pelos formuladores de políticas públicas.

Nesta seção o objetivo principal foi demonstrar evidências na literatura da existência da relação entre grupos de interesse e os formuladores de políticas públicas, porque dessa forma fica mais clara a maneira como os grupos de interesse podem bloquear medidas que beneficiam a sociedade como um todo. Até este ponto do trabalho, também foram expostos os principais incentivos existentes no mercado político do regime democrático, que estabelecem a relação entre os formuladores de políticas públicas e os grupos de interesse.

Essa relação entre os grupos de interesse e formuladores de políticas públicas também pode ser encontrada em regimes autoritários, pois existe uma relação ainda mais forte entre os donos do poder econômico e do poder político nesse regime (ACEMOGLU e ROBINSON, 2002). O incentivo dos grupos de interesse (donos do poder econômico muitas vezes), que defendem os seus ganhos, sempre existe para influenciar a escolha de políticas públicas independentemente do regime. No regime autoritário os donos do poder político geralmente são os próprios grupos de interesse que possuem o poder econômico dentro da sociedade e dessa forma o incentivo dos políticos, diferentemente do regime democrático, passa a ser o mesmo do grupo economicamente dominante. Logo, no regime ditatorial o incentivo a distorções na adoção de políticas de interesse da sociedade como um todo passa a ser ainda mais direto.

Um jogo simples que pode ilustrar os incentivos existentes na relação entre grupos de interesse e os formuladores de políticas públicas é exposto na próxima seção. Nesse jogo as escolhas que estabelecem um equilíbrio são identificadas através de um sistema de crenças com relação à probabilidade de vitória do político nas eleições.

2.1.3 Jogo

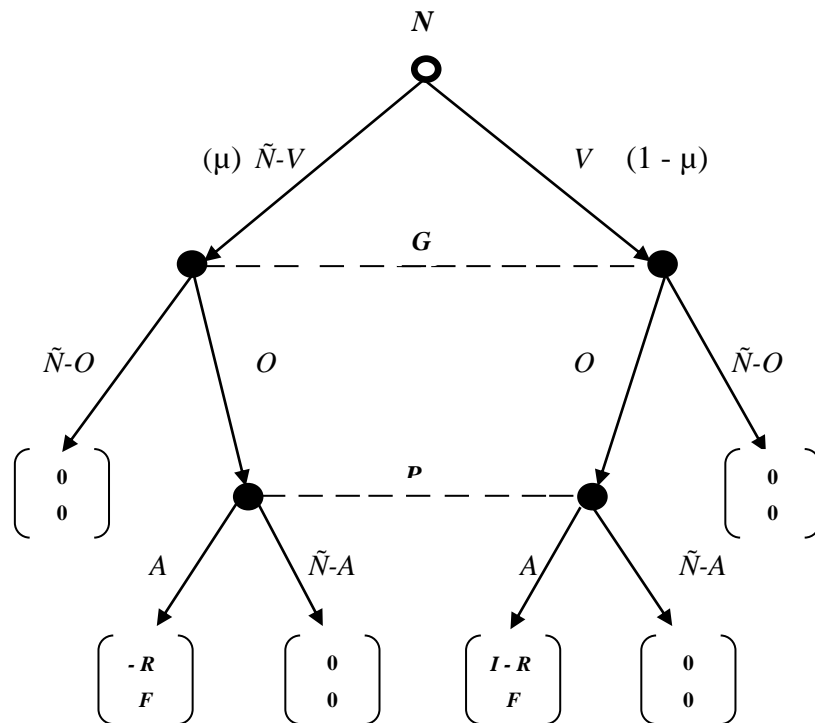
Um jogo que ilustra a relação entre os grupos de interesse e os políticos pode demonstrar melhor os incentivos que estabelecem o comportamento de ambos os lados. Para definirmos esse jogo, há que se considerar a hipótese de que a escolha do político de aceitar ajuda financeira para campanhas e em troca ofertar uma maior influência para os grupos de interesse que o financiaram está relacionada apenas a sua relação com os grupos de interesse, tendo em vista que os eleitores não possuem a capacidade de identificar a oportunidade de corrupção existente entre esses dois grupos. Dessa forma,

os políticos que não aceitam ou não tiveram uma proposta de financiamento de suas campanhas não conseguem se diferenciar diante dos eleitores daqueles políticos que aceitaram a oferta de financiamento. A segunda hipótese é que o jogo estabelecido entre o político e o grupo de interesse é independente da relação estabelecida entre esse mesmo político e os demais grupos de interesse da sociedade.

O jogo é formulado em um ambiente de informação incompleta no qual os políticos conhecem as necessidades dos grupos de interesse e estes por sua vez também conhecem as necessidades de financiamento de campanha dos políticos. A letra G representa o grupo de interesse que escolhe entre oferecer (O) ou não oferecer ($\tilde{N}-O$) recursos para os políticos durante a campanha eleitoral diante da probabilidade do candidato vencer ou não as eleições. A letra P representa o político que é candidato a um cargo público e que deve escolher se aceita ou não os recursos oferecidos pelo grupo de interesse. Ambos os jogadores não possuem conhecimento de quem vencerá as eleições e por isso é um jogo de informação incompleta. O jogador N , a natureza, representa um fenômeno aleatório no qual a probabilidade do político não vencer ($\tilde{N}-V$) as eleições é representada por μ e de vencer (V) por $1-\mu$. A probabilidade de vencer as eleições ($1-\mu$) é a mesma para ambos os jogadores, ou seja, eles possuem o mesmo conhecimento sobre as chances de vitória nas eleições. Outra hipótese desse jogo é que o ganho do grupo de interesse devido à influência sobre os políticos financiados que vencem as eleições, definido como I , é sempre maior do que o custo dos recursos disponibilizados para o político na campanha, definido como R .

Desse modo, se o grupo de interesse não oferece o financiamento R e o político não vence as eleições o *payoff* do grupo de interesse é igual a zero, pois ele não recebe nenhum benefício. Caso o grupo de interesse ofereça os recursos R e o político aceite (A), mas ele não vença as eleições o *payoff* do grupo de interesse será $-R$, pois o político não venceu, não podendo então ofertar as demandas do grupo de interesse, e gastou R em recursos para o financiamento da campanha. Nessa situação, se o político aceita os recursos R ele recebe uma quantidade F adicional de votos, que representa os votos conquistados através do uso dos recursos R ofertado pelo grupo de interesse. Contudo, se o grupo oferece os recursos, mas o político não aceita ($\tilde{N}-A$) e não vence as eleições, o *payoff* do grupo de interesse será zero, pois ele não recebe nenhum benefício. O *payoff* do político, nessa situação, é igual a zero também, já que ele não recebeu votos adicionais.

Por outro lado, se o político vence as eleições e o grupo de interesse oferece os recursos R e o político aceita então o *payoff* do grupo de interesse será $I-R$, pois o grupo de interesse gasta R em recursos e recebe I de benefícios quando o político vence as eleições. Quando o grupo de interesse oferece, mas o político não aceita os recursos R , o *payoff* do grupo de interesse é igual a zero, já que o político venceu e ele deixou de receber os benefícios que estes são capazes de ofertar quando vencem as eleições. Já se o grupo de interesse não oferece os recursos, mas o político vence as eleições, o seu *payoff* será também igual a zero, pois ele deixa de receber os mesmos benefícios. A forma extensiva desse jogo pode ser observada abaixo:



A forma normal correspondente do jogo é representada abaixo:

		Político	
		$\tilde{N}-A$	A
Grupo de Interesse	$\tilde{N}-O$	0, 0	0, 0
	O	0, 0	$I(1-\mu) - R, F$

Esse jogo possui dois equilíbrios de Nash. O primeiro equilíbrio de Nash é o perfil de estratégias $(\tilde{N}-O, \tilde{N}-A)$ que independentemente de qualquer sistema de crenças sobre a probabilidade de vencer as eleições será um equilíbrio. O segundo equilíbrio só pode ser definido através de um perfil de estratégias e um sistema de crenças que seja compatível com o conceito de Equilíbrio Bayesiano Perfeito. Como não existe um equilíbrio perfeito em subjogos em estratégias puras nesse jogo, já que o único subjogo é o próprio jogo, devemos definir um Equilíbrio Bayesiano Perfeito (EBP) para encontramos o segundo equilíbrio de Nash. Com a utilização desse conceito de EBP podemos definir o perfil de estratégia $((O,A),\mu)$ como sendo um equilíbrio de Nash. Se o grupo de interesse atribui uma probabilidade de vitória para o político $(1-\mu) \geq R/I$, então a utilidade esperada do grupo de interesse de oferecer recursos é maior do que a utilidade esperada de não oferecer. Logo, sendo $(1-\mu) \geq R/I$, esse grupo oferece os recursos para o político e este aceita, pois para o político é sempre melhor aceitar do que não aceitar o financiamento de campanha. Para $\mu \leq (I-R)/I$, o perfil de estratégia $((O,A),\mu)$ é um EBP, sendo assim $((O,A),\mu)$ é um equilíbrio de Nash. Quanto maior for a diferença $R-I$ menor precisa ser a probabilidade de vitória do político para que a estratégia $((O,A),\mu)$ seja um equilíbrio de Nash. Em outras palavras, se a probabilidade de vencer do político for muito alta a razão R/I também pode ser alta, ou seja, a diferença $R-I$ pode ser pequena para estabelecer o equilíbrio, já que o valor de R pode estar próximo de I .

Sendo assim se a competitividade política é baixa a probabilidade de o político vencer tende a ser alta, logo com um valor $(1-\mu)$ alto um maior número de grupos de interesse estabelecem a estratégia de equilíbrio $((O,A),\mu)$ com o político, pois a razão R/I também pode ser alta para que a estratégia $((O,A),\mu)$ seja um equilíbrio de Nash, uma vez que a relação entre o custo R e o benefício I não precisa ser grande para que a estratégia $((O,A),\mu)$ seja estabelecida. Dessa forma uma probabilidade alta de vencer aumenta o número de relações possíveis entre o político e os grupos de interesse na sociedade o que aumenta a probabilidade de bloqueio à adoção de políticas públicas eficientes se estas políticas forem contrárias aos interesses desses grupos.

O equilíbrio de Nash $(\tilde{N}-O, \tilde{N}-A)$ sempre será um equilíbrio independente da probabilidade do candidato ganhar a eleição, ou seja, a possibilidade de não contribuir e não aceitar é sempre um equilíbrio. Contudo, quando supomos que existem outros jogadores dentro desse mesmo mercado, esse equilíbrio pode não representar a melhor

estratégia devido à possibilidade da perda de competitividade dos grupos de interesse no seu mercado e dos políticos no mercado político.

Com esse jogo podemos observar que existem fortes incentivos para que exista uma relação entre os grupos de interesse e os políticos e que esta relação pode afetar a decisão dos políticos na escolha de políticas eficientes, mesmo diante da incerteza sobre o resultado das eleições. Negar esses incentivos demonstrados no jogo poderia significar um insucesso na vida política, devido ao aumento nas dificuldades de se eleger, e uma menor performance do grupo de interesse no seu setor produtivo da economia que está diretamente ligado ao mercado político.

2.1.4 Bloqueio

Acemoglu e Robinson (2000) apresentam um modelo no qual grupos de interesse, na ausência de uma competitividade política, são capazes de bloquear a adoção de novas tecnologias devido as suas ligações com os formuladores de políticas públicas. Mesmo uma tecnologia sendo obviamente muito boa nem sempre ela é adquirida de forma uniforme entre os países. O motivo seria que falhas institucionais possibilitam que grupos de interesse bloqueiem a adoção de novas tecnologias para proteger os seus interesses. O modelo é construído levando em consideração quais poderiam ser as reações de um grupo que possui o poder político diante da possibilidade de bloquear ou não uma nova tecnologia que está relacionada ao interesse de outro grupo que não tem a capacidade de influenciar a agenda política. Quando o grupo que possui a capacidade de influenciar o poder político possibilita a adoção da nova tecnologia, ele aumenta as chances de perder a sua influência no poder para o grupo que se beneficia da nova tecnologia adotada. Segundo eles, essa falha institucional que permite esse bloqueio impede as sociedades de adquirirem novas tecnologias que promovam o crescimento.

O incentivo dos grupos de interesse para adotarem esse tipo de comportamento (bloquear) é justificado pela ameaça que uma nova tecnologia pode apresentar ao possibilitar uma mudança na distribuição do poder. Segundo Acemoglu e Robinson (2002) a adoção de inovações frequentemente diminui a influência das elites dominantes e aumenta a probabilidade de serem substituídas no poder, pois o poder econômico está relacionado ao poder político e as inovações possibilitam que um novo grupo da sociedade adquira o poder econômico. Nesse trabalho Acemoglu e Robinson utilizam um modelo para justificar o comportamento de grupos que tinham o poder

econômico e político em países no período da revolução industrial. Durante esse período os países, onde os proprietários de terra (neste caso representam o grupo de interesse que detinham o poder político) sentiram-se ameaçados pelo processo de industrialização, adotaram medidas de bloqueio às reformas necessárias para esse processo. Por exemplo, na Rússia a monarquia absolutista bloqueou as mudanças porque as interpretou como uma ameaça futura a sua capacidade de influenciar o poder político do país. No Império Austro-Húngaro o imperador também via o desenvolvimento como uma ameaça e o medo de perder a influência no poder foi, segundo os autores, o principal motivo para bloquear as mudanças necessárias à revolução industrial. Contudo, em países como Inglaterra e Alemanha, onde a elite agrária poderia continuar sustentando o seu poder político, não houve bloqueio à adoção de reformas que possibilitassem a revolução industrial. Embora esses exemplos não tenham sido estabelecidos em um ambiente democrático, o estudo analítico dos autores fornece uma boa explicação para entender como um grupo que tenha a capacidade de influenciar a formulação de políticas pode ter incentivos para bloquear políticas que provoquem o desenvolvimento da sociedade. Não obstante, como já vimos na seção anterior, num ambiente democrático essa ligação, entre grupos de interesse e os políticos, se estabelece de outras formas; seja pelo financiamento de campanhas ou pelo *lobby*, ela também é possível e pode gerar efeitos semelhantes.

Esse poder de monopólio que possibilita o bloqueio de novas tecnologias por parte de alguns grupos de interesse também é analisado por Parente e Prescott (1999) sobre uma perspectiva semelhante. Segundo os autores, um país pobre é pobre porque utiliza uma tecnologia inferior. Resultado da capacidade de monopólios do setor produtivo bloquearem a adoção de novas tecnologias. Nessa perspectiva novamente um grupo de interesse que tem a capacidade de influenciar a formulação de políticas consegue gerar efeitos negativos sobre o desenvolvimento econômico, pois possui a capacidade de bloquear essas tecnologias. Parente e Prescott estimaram que a eliminação dessas barreiras poderia dobrar ou triplicar o produto da economia americana, sem o acréscimo de insumos adicionais. Eles também argumentam que a diferença de crescimento entre o Japão e Índia no período de 1921 a 1938 no qual o produto por trabalhador no Japão cresceu 120% e na Índia apenas 20% está relacionado à adoção de novas técnicas produtivas ou não no período.

Esses fatos citados acima demonstram que muitas das políticas que poderiam ser mais eficientes na promoção do crescimento da produtividade da economia ou do

desenvolvimento social de um país não são adotadas devido ao bloqueio que os grupos de interesses que estão ligados ao poder geram na arena de formulação de políticas públicas. Esse ponto também é defendido por Murillo *et al.* (2008) que propõem uma estrutura de pesquisa para analisar o comportamento de grupos de interesse na arena de formulação de políticas públicas.

Um ponto importante que também deve ser realçado é o fato de que o bloqueio não necessariamente significa um efeito negativo sobre o desenvolvimento econômico e social. O que na verdade acontece é que o bloqueio não visa ao interesse da sociedade, mas sim ao interesse de um grupo econômico. Logo, o resultado do bloqueio pode até levar a um desenvolvimento econômico e social, mas necessariamente esse bloqueio estará relacionado ao objetivo de algum grupo de interesse que o provocou devido a sua influência no poder. Fiorino e Ricciuti (2009) demonstram que as tarifas impostas para a proteção da indústria nas últimas duas décadas de 1800 na Itália, que foram responsáveis por transformar a Itália num país industrial, foram realmente consequências da influência de grupos de interesses relacionados aos formuladores de políticas públicas. Segundo eles, alguns grupos de interesse possuíam a proteção do Estado (tarifas protecionistas) e específicos programas de gastos públicos que possibilitaram o maior desenvolvimento do setor industrial comparado com outros setores da economia. Contudo, os autores argumentam no sentido de chamar a atenção para o fato de que, mesmo com essas tarifas protecionistas estimulando o processo de industrialização no final do século IX, é difícil mensurar os efeitos benéficos desse protecionismo no longo prazo devido à possibilidade da geração de um grau de ineficiência provocado pela falta de competição. Mesmo assim, o bloqueio nesse caso estimulou o desenvolvimento industrial podendo, dessa forma, ter gerado um efeito positivo.

O bloqueio ou a adoção de alguma política pública gerada pela influência de algum grupo de interesse pode até mesmo provocar um efeito positivo sobre a sociedade, mas ao considerarmos que esse efeito foi resultado da escolha de um grupo específico, isso se torna menos provável. Dificilmente o interesse de algum grupo dentro da sociedade poderá constantemente ofertar as demandas de uma sociedade como um todo. Logo, o efeito positivo pode até existir, mas com certeza será muito menos provável. E se considerarmos as demandas de uma sociedade no longo prazo esse efeito positivo passa a ser ainda menos factível devido à falta de congruência entre os interesses de alguns grupos de interesse e os da sociedade em geral.

Diante dessa discussão, a importância de um arranjo institucional que estimule a competição política e evite a possibilidade de bloqueio à adoção de políticas públicas mais eficientes fica evidenciada. Na presença de uma maior competição política a probabilidade de que exista uma maior alternância no poder é maior e assim os grupos de interesse que hoje estão dispostos a bloquear a implementação de alguma medida que possa prejudicar os seus interesses econômicos podem não estar mais ligados ao poder no próximo período. A alternância do poder proporcionado pela competição política possibilita que grupos da sociedade não ligados ao poder político possam, num período seguinte, se relacionar a essa estrutura mais facilmente, permitindo, assim, a adoção de políticas antes bloqueadas. O fato de que a competição política aumenta a probabilidade de alternância no poder, também diminui a probabilidade de que uma política pública demandada por grupos significativos dentro de uma sociedade sejam bloqueadas constantemente e isso impede o efeito negativo do bloqueio realizado por grupos de interesse dentro do regime democrático de uma sociedade.

2.2 Efeito Através da Qualidade

A literatura moderna de política econômica é dominada pelo paradigma de que boas políticas são alcançadas através dos incentivos adequados sobre os políticos. Contudo, existem estudos que, embora também reconheçam a importância dos incentivos, atribuem uma maior importância para as qualidades dos políticos como honestidade, integridade e competência (CHAMOM *et al.*, 2008; FERRAZ e FINAN, 2008; PADOVANO e RICCIUTI, 2008; ASHWORTH *et al.*, 2007; BESLEY *et al.*, 2005, BESLEY *et al.*, 2006; GARCIA-VEJA e HERCE, 2005). Essas características seriam relevantes para a adoção de boas políticas públicas, especialmente em ambientes onde os políticos se deparam com poucas restrições institucionais (BESLEY *et al.*, 2005).

Num trabalho interessante, que gerou uma série de estudos relacionados posteriormente, Besley *et al.* (2006) estudam a competitividade política em alguns estados do sul dos Estados Unidos e argumentam que uma mudança na competição política nessa região foi crucial para a performance econômica da mesma. Ao analisar a competição política desses estados em 1965, os autores utilizam um modelo no qual o aumento da competitividade faz com que os partidos escolham políticos de melhor qualidade para concorrer às eleições. Além do modelo analítico, no qual eles estudam o efeito causal da competição, Besley *et al.* testam empiricamente a capacidade da

competição política em afetar a performance econômica, utilizando para isso uma variável instrumental que foi eficiente na tentativa de isolar o efeito da competitividade sobre o desenvolvimento da economia.

Nos estados do sul dos Estados Unidos existia um domínio político do partido democrata que estabelecia uma série de barreiras para impedir a competição política na região². Segundo Besley *et al.*, as barreiras institucionais e fiscais criadas pelos democratas para protegerem os seus interesses excluía boa parte da população do ambiente político. Assim os políticos direcionavam as suas políticas para aqueles que podiam votar. Em 1965, o *Voting Rights Act*³ inicia um processo de retirada dessas barreiras, fazendo com que a parcela da população que não participava do ambiente político tivesse o direito a voto. Esse fato possibilitou aos autores encontrarem uma variável exógena para medir o efeito da competição política na performance econômica. Como o ato de 1965 só afetou os estados do sul que possuíam barreiras aos eleitores, aumentando a competitividade desses estados, e não alterou a competitividade política nos outros estados que não possuíam barreiras, foi possível avaliar o efeito isolado do aumento da competição política sobre o desenvolvimento econômico. Com isso Besley *et al.* foram capazes de evitar o problema da variável exógena e da variável omitida com relação à variável utilizada para medir a competição política⁴. Os resultados desse trabalho demonstraram que a variável instrumental de competição política foi significativa para todos os modelos testados, mostrando-se responsável pelo aumento da média da renda per capita em 20% no período analisado nos estados do sul que sofreram uma alteração na competição política devido ao *Voting Rights Act*.

No modelo analítico formulado para estudar o meio pelo qual a competitividade afetava a performance econômica, Besley *et al.* (2006) defenderam a ideia de que uma maior competição aumenta o grau de qualidade dos políticos escolhidos pelos partidos para concorrer às eleições e isso afeta positivamente a performance econômica dos estados. Segundo eles a falta de competitividade política

² Existiam testes para qualificar uma pessoa como um eleitor e cobranças de taxas para votar.

³ A lei federal conhecida como *Voting Rights Act* de 1965 e suas emendas eliminaram as taxas cobradas, os testes para que um eleitor pudesse ser considerado apto e outros meios que impossibilitavam grande parte da população negra e pobre de votar em alguns estados do sul dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo começa a surgir o Direito Civil nos Estados Unidos (BESLEY *et al.*, 2006).

⁴ A variável competição não é necessariamente exógena ao produto que mede a performance econômica. Também poderia existir o problema da variável omitida que estaria tanto relacionada à economia como à política. Ao instrumentar a variável competição com uma variável que indica se existe uma taxa para votar e se há um teste para qualificar uma pessoa como eleitor eles conseguem evitar esses dois problemas, pois assim o efeito da presença dessas barreiras, que significam menos competição, pode ser isolado (BESLEY *et al.*, 2006).

gera políticos fracos que são mais suscetíveis à corrupção. No modelo, a qualidade do político é definida por uma variável que mede a quantidade de culpa ou vergonha que um político tem ao receber algum suborno de um grupo de interesse.

Com relação a esse ponto do modelo, no qual o autores estabelecem que a competitividade política afeta o desempenho econômico através da alteração da qualidade do político, há a possibilidade de aprofundar a discussão aqui proposta em relação à competitividade política e performance econômica. Ao definir que a qualidade do político está na sua capacidade de aceitar ou não o financiamento de grupos de interesse, os autores consideram que aquele que sente mais culpa ou tem mais vergonha em aceitar as contribuições (propinas) são aqueles capazes de ofertarem políticas públicas de melhor qualidade para a sociedade, pois não estão dispostos a ofertar influência em troca dos recursos dos grupos de interesse. Logo os políticos que apresentam uma melhor qualidade são menos corruptos e apresentam uma maior probabilidade de satisfazer as demandas da sociedade implementando boas políticas públicas. Contudo, a maior competição existente no sul dos Estados Unidos após o *Voting Rights Act* pode ter quebrado o monopólio de um grupo de interesse ligado ao poder (elite agrária) e possibilitado o surgimento de políticos que representem outros grupos de interesse (elite relacionada a um setor moderno da economia)⁵, mas que não necessariamente apresentassem uma melhor qualidade como políticos. Assim as políticas a serem adotadas passam a ser mais eficientes devido à diminuição de barreiras à entrada de novas tecnologias e não ao aumento da qualidade dos políticos. Esse efeito causal entre competitividade política e performance econômica está em consonância com o modelo de Parente e Prescott (1999) e Acemoglu e Robinson (2000), nos quais os bloqueios de novas tecnologias impactam diretamente o produto da economia.

A relação entre o aumento da competitividade e a melhora da performance econômica foi verificada empiricamente no trabalho de Besley *et al.* (2006) sobre os estados do sul dos Estados Unidos. Na análise empírica desse trabalho, ele instrumenta a variável competição política e verifica a relação desta com uma variável que mede o produto per capita e a taxa de crescimento anual do produto nos estados. Dessa forma, ele não mensura diretamente a relação entre a qualidade dos políticos e a performance econômica, mas sim a relação entre competitividade e desenvolvimento econômico, que sempre se mostrou significativa. Para corroborar a hipótese de que existe uma alteração

⁵ Essa análise estaria em convergência com o trabalho de Parente e Prescott (1999).

da qualidade dos políticos devido a uma mudança da competitividade do mercado político, Besley *et al.* testam essa relação apenas de forma indireta e relacionada ao desempenho econômico de cada governador, mas não verificam diretamente a tendência de um político ser mais ou menos corrupto diante de uma variação na competição política. Eles também verificam o efeito da competição política sobre o nível de impostos total, nível de impostos nos setores mais modernos da economia e a introdução de direitos trabalhistas nos estados dos Estados Unidos. Contudo, essa última regressão também pode demonstrar o efeito da quebra do monopólio de um grupo de interesse no poder, pois um grupo de interesse ligado ao setor mais tecnologicamente evoluído da sociedade, uma vez estabelecido no poder, também optaria por uma redução de imposto no setor mais moderno da economia independente da qualidade do político.

A afirmação de Besley *et al.* de que os políticos podem diferenciar-se com relação a sua qualidade dependendo do nível de competitividade do mercado político é mais provável existir em mercados políticos que não possuem grandes grupos de interesse preocupados em influenciar a agenda política, por exemplo, em cidades (*boroughs*)⁶ que certamente possuem uma menor capacidade de reunir grupos de interesse relevantes em relação a um estado nos Estados Unidos. Nesse tipo de ambiente político, a agenda política tende a afetar apenas os mercados locais enquanto em um governo estadual a agenda política tem uma influência sobre a economia de todo um estado o que torna mais atrativo para um grupo de interesse construir relações políticas neste último ambiente. Mesmo diante dessa possibilidade é difícil acreditar que um político que possui fortes incentivos para buscar financiamento eleitoral e garantir uma carreira longa ligada ao poder não esteja disposto a ofertar uma maior influência aos grupos de interesse e com isso receber financiamentos para suas campanhas.

2.2.1 Incentivos X Qualidade

A melhora na qualidade dos políticos devido a uma menor propensão a ceder aos interesses de grupos específicos também pode ter ocorrido como consequência do aumento da competitividade política. No entanto, essa melhora não estaria relacionada à escolha pelos partidos de indivíduos que possuem uma maior quantidade de culpa ou vergonha ao receber algum suborno de um grupo de interesse, mas sim à mudança de

⁶ Nos Estados Unidos as entidades que têm um estatuto semelhante ao de município no Brasil variam de estado para estado. Cidades, *towns*, *boroughs* são geralmente considerados os equivalentes aos municípios no Brasil.

incentivos gerada pela alteração da competitividade do ambiente político. Quando a competitividade aumenta o controle de um grupo político (ou grupos de interesse ligados aos políticos) sobre o outro também aumenta (BECKER, 1983). Dessa forma o aumento da fiscalização sobre a corrupção gera uma melhora da qualidade das ações adotadas pelos políticos que se estabelecem no poder, mas é uma melhora nas ações dos políticos e não do político como pessoa⁷.

Nesse caso, a qualidade estaria complementando o efeito positivo da competitividade sobre a performance econômica, mas não estaria representando o principal mecanismo pelo qual a competitividade está gerando esse efeito. O controle de um grupo político exercido por outro grupo diminui a corrupção, mas não influencia diretamente na escolha das políticas públicas a serem adotadas, ou seja, diante das escolhas realizadas pelo grupo que se estabelece no poder o outro grupo fiscaliza a escolha dessas políticas já determinadas. Assim o principal efeito sobre o desempenho econômico está sendo exercido pela troca dos representantes que se estabelecem no poder, pois essa troca possibilita que o ambiente político ofereça novas oportunidades para diferentes grupos de interesse que influenciam o processo de formulação de políticas. Como o grupo que se estabelece no poder é o formulador da agenda de política pública, a troca é o efeito provocado pela competitividade capaz de afetar diretamente a escolha das políticas a serem adotadas, pois aumenta a probabilidade da quebra de barreiras à adoção de políticas mais eficientes.

Ao considerar que a qualidade do político é que estabelece a principal relação entre competitividade e performance econômica, Besley *et al.* (2006) subestimam os incentivos dos políticos e a própria natureza humana de que os agentes buscam maximizar a sua utilidade. Num ambiente político estadual, onde existam grandes grupos de interesse relacionados ao poder, um político que almeje vencer uma eleição não pode rejeitar a influência destes. Isso não significa que as demandas da população não sejam também levadas em consideração pelos políticos. O que na verdade existe é um *trade-off* constante nas escolhas do político que busca financiamento para a sua campanha e ao mesmo tempo se preocupa com a sua imagem diante dos eleitores. No ambiente de formulação de políticas públicas os dois principais incentivos dos políticos são a preocupação com os fundos necessários para o financiamento da sua campanha e

⁷ A melhora do político como pessoa está relacionado ao conceito de qualidade de Besley *et al.* (2006). Assim quando existe uma melhora do político como pessoa, estamos dizendo que esse novo político possui valores que fazem com que ele sinta mais culpa e vergonha com relação à corrupção.

as necessidades do eleitor mediano (GROSSMAN e HELPMAN, 2001). Assim o político pode ser mais ou menos corrupto que, no entanto, ele sempre estará respondendo a esses incentivos. A qualidade do político passa a ser uma característica que lhe possibilita responder de forma melhor ou pior a esses incentivos e não se ele é mais ou menos corruptível.

É difícil até mesmo definir qualidade de um político como sendo a sua propensão maior ou menor à corrupção, como Besley *et al.* (2006) fizeram, pois um político poderia ser considerado de qualidade se ele permanecesse por um longo período na vida política buscando ofertar as demandas dos que viabilizam a sua reeleição. Desse modo, esse comportamento não estaria relacionado a sua honestidade, mas sim a sua capacidade de articulação para permanecer no ambiente político e, conseqüentemente, sendo às vezes até mais suscetível à corrupção. Por outro lado poderíamos definir um político de qualidade como sendo aquele que se mostra menos corruptível e, entretanto, por isso esse não permanece no poder por um longo período e nem é capaz de realizar as conexões necessárias para satisfazer as demandas da sociedade. Essa visão de que a competitividade provoque a escolha de melhores políticos menos suscetíveis à corrupção parece um pouco ingênua, pois nega uma das principais necessidades de um político, a do financiamento para campanhas, e subestima a capacidade do eleitorado de identificar um político como corrupto.

2.2.2 Estudo na Itália

Um estudo que também analisou a relação entre competitividade política e performance econômica foi Padovano e Ricciuti (2008). Os autores realizaram uma avaliação dos efeitos da competição política em dois tipos de ambientes políticos, entre os ambientes nacionais de alguns países⁸ e entre algumas regiões subnacionais da Itália. O objetivo dessa escolha está relacionado às diferentes características nas quais os mercados políticos se desenvolvem. Nesse trabalho foi utilizado um modelo semelhante ao modelo analítico de Besley *et al.* (2006), no qual a competitividade política afeta a performance econômica através da alteração da qualidade dos políticos⁹ que disputam as eleições, mas também foram implementadas algumas alterações que diferenciaram os

⁸ Os países analisados no estudo de Padovano e Ricciuti (2008) são: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, México, Nova Zelândia, Portugal, Espanha, Suécia, Turquia, Noruega, Suíça, EUA e Reino Unido.

⁹ A qualidade do político é definida por uma variável que mede a quantidade de culpa ou vergonha que um político tem ao receber algum suborno de um grupo de interesse. É o mesmo conceito de qualidade de Besley *et al.* (2006).

ambientes políticos nacionais e subnacionais no modelo. Para medir o efeito da competitividade nesses dois ambientes, seguindo a estratégia de Besley *et al.* (2006) de instrumentalizar a variável de competição, os autores escolheram como variável instrumental¹⁰ para a análise entre países o evento da queda do Muro de Berlim (segundo eles, existiu um aumento na competitividade política nos países que tinham uma maior polarização ideológica), e com relação às regiões da Itália a variável instrumental escolhida foi a reforma institucional de 1995 que transformou o sistema regional de governo parlamentarista em sistema presidencialista (essa reforma também teria aumentado a competitividade política nas regiões com sistema parlamentarista).

O resultado encontrado na análise empírica das regiões subnacionais da Itália corroboraram a teoria de que uma maior competitividade política afeta de forma positiva o desenvolvimento econômico, resultado esse que se encontra em consonância com o trabalho de Besley *et al.* (2006) e Ashworth *et al.* (2007). Contudo, Padovano e Ricciuti também não analisaram de forma direta a relação entre a alteração da competitividade e a mudança da qualidade dos políticos, pois na regressão foi encontrada uma relação positiva entre a variável de competitividade e uma variável que mede o produto per capita nas regiões subnacionais. Ou seja, eles verificaram que o aumento da competitividade política também provocou uma melhora da performance econômica¹¹, assim como no trabalho de Besley *et al.* (2006) nos estados do sul dos Estados Unidos, mas não foi capaz de comprovar de forma direta se essa relação se estabeleceu devido à melhora da qualidade dos políticos que disputam o poder. Na tentativa de sustentar o argumento de que uma maior competitividade política nas regiões subnacionais da Itália leva a uma melhora na qualidade dos políticos, Padovano e Ricciuti analisam a relação entre a eficiência de políticas adotadas nas regiões e o nível de competição política através da análise dos gastos com o sistema de seguro de saúde e com a administração regional. Nessa regressão eles encontram uma relação negativa entre competitividade e o nível de gastos públicos, no entanto, essa relação também poderia estar relacionada ao resultado positivo da quebra de um monopólio de um grupo político estabelecido no poder. As mudanças políticas relacionadas aos

¹⁰ Para evitar a correlação entre a variável que representa competitividade política e a variável que representa a performance econômica, já que competição política não é necessariamente exógena à variável do produto, os autores instrumentaram a variável de competição com o uso de uma *dummy* que representa o evento da queda do Muro de Berlim e com relação à análise empírica nas regiões da Itália a variável escolhida foi uma *dummy* que representa a reforma institucional de 1995 na Itália.

¹¹ Padovano e Ricciuti (2008), como Besley *et al.* (2006), analisam a relação entre competitividade política e performance econômica, utilizando para essa última uma variável que mede o produto per capita.

escândalos de corrupção na Itália na década de noventa tirou de cena uma série de partidos estabelecidos no poder por um longo período o que possibilitou o surgimento de novos grupos políticos que conquistaram o poder nessa mesma década (PADOVANO e RICCIUTI, 2008). Logo, tanto a melhora na eficiência das políticas públicas adotadas pode estar relacionada à mudança de incentivos sobre os políticos proporcionados pelo aumento da competitividade política, como a melhor performance econômica pode estar relacionada à diminuição dos bloqueios à adoção de políticas mais eficientes nas regiões subnacionais da Itália, provocada pelo surgimento de novos grupos políticos ligados ao poder.

Na análise empírica realizada entre os países, Padovano e Ricciuti não encontraram o resultado no qual o aumento da competitividade política resulta numa melhora na performance econômica, sendo portanto contrário à relação positiva entre competitividade e desenvolvimento econômico normalmente defendida na literatura. Nesse estudo empírico os autores encontraram que o aumento da competitividade política nos países da amostra estava relacionado a uma diminuição da variável que mede o produto per capita e a taxa de crescimento do produto per capita desses países. Padovano e Ricciuti argumentam no modelo analítico que esse resultado foi consequência da maior relevância das características ideológicas no ambiente político nacional para os eleitores, pois nesse ambiente os eleitores levam em consideração mais essas questões do que os assuntos relacionados à eficiência econômica na hora de escolherem os seus candidatos. Sendo assim os partidos diante de uma maior competitividade política não se preocupam tanto com os eleitores não ligados a questões ideológicas e escolhem candidatos de baixa qualidade que estão mais suscetíveis ao *lobby* de grupos de interesse, o que significa uma maior utilidade para esses partidos já que os candidatos dividem com os partidos os recursos recebidos dos grupos de interesse. Padovano e Ricciuti (2008), também sugerem que esse efeito pode ser resultado de um menor nível de restrições sobre as escolhas políticas de nível nacional. O menor nível de restrições sobre os políticos de nível nacional, comparado às restrições dos políticos de nível subnacional, permite que esses políticos sejam mais suscetíveis à escolha de políticas públicas menos eficientes já que para os seus eleitores os aspectos de eficiência econômica não são tão importantes para a escolha do candidato.

Embora os resultados dessa última análise mostrem evidências de um efeito contrário, é difícil afirmar as verdadeiras causas desse resultado, pois as diferenças

institucionais entre os países estudados são muito grandes, por exemplo, a variável instrumental referente à queda do Muro de Berlim avalia a mudança na competição política em países como o México e Suíça, e ao mesmo tempo tenta relacionar essa mudança de competitividade com as suas respectivas performances econômicas. A própria escolha da queda do Muro de Berlim como variável instrumental para medir a alteração da competitividade política nos países é questionável, pois ela não representa uma mudança significativa da competitividade na amostra.

2.2.3 Estudo na Bélgica

Outro trabalho que defende a ideia de que competitividade política num ambiente sub-nacional afeta a performance econômica é o realizado por Ashworth *et al.* (2007) nos municípios da Bélgica. Nesse trabalho, os autores encontram evidências mais diretas de que o aumento da competição política diminui a ineficiência dos governos locais nas escolhas das políticas públicas, no entanto, também não estabelecem empiricamente uma relação direta entre a competitividade política e a alteração da qualidade¹² dos políticos. Besley *et al.* (2006) e Padovano e Ricciuti (2008), como evidenciado nas seções anteriores, demonstraram os seus resultados através de efeitos indiretos, pois nesses trabalhos a análise empírica estabeleceu uma relação entre competição política e uma variável relacionada ao produto da economia¹³. Embora eles também tenham realizado uma análise sobre a eficiência dos políticos com relação à adoção de algumas políticas públicas, Ashworth *et al.* (2007) verificam empiricamente essa eficiência de forma mais conclusiva ao observar um conjunto maior de políticas públicas adotadas pelos políticos e seus respectivos custos de implementação. Para mensurar a oferta de bens públicos foi utilizada uma série de *proxies*, por exemplo, o número de benefícios sociais, o número de estudantes na escola primária, o número de parques de diversão por área pré-determinada, e etc.

Como os efeitos da competição política sobre a qualidade dos políticos, no trabalho de Ashworth *et al.* (2007), são evidenciados observando os gastos públicos dos governos nos municípios da Bélgica, o nível de corrupção é avaliado de forma indireta através da eficiência dos governos locais em ofertar bens públicos. Para isso Ashworth

¹² A qualidade do político segue o mesmo conceito de qualidade de Besley *et al.* (2006).

¹³ No trabalho de Besley *et al.* (2006) e Padovano e Ricciuti (2008) a relação entre competitividade política e performance econômica foi estabelecida no estudo empírico através da mudança do produto per capita ou do crescimento do produto per capita.

et al. (2007) consideram que o grau de eficiência de um governo é diretamente correlacionado ao nível de corrupção do mesmo. Assim os autores definem que um governo eficiente ou menos corrupto é aquele que necessita de poucos recursos para fornecer um alto nível de bens públicos enquanto um governo ineficiente ou mais corrupto é aquele que utiliza uma grande quantidade de recursos para ofertar um nível moderado ou baixo de bens públicos.

Nesse trabalho, os autores encontram como resultado do estudo empírico evidências de que o aumento da competição entre os partidos políticos durante as eleições leva a eficiência do político na adoção de políticas públicas, resultado esse que está em consonância com os trabalhos de Besley *et al.* (2006) e Padovano e Ricciuti (2008) no estudo das regiões subnacionais da Itália. A análise empírica também encontrou indícios de que grandes mudanças no número de partidos, devido ao surgimento de novos ou a alianças entre estes durante a competição eleitoral, dificultam a oferta de serviços demandados pelas preferências dos eleitores e assim a ineficiência torna-se possível. Diante disso, Ashworth *et al.* (2007) argumentam que uma fragmentação do governo poderia levar a menores níveis de eficiência por parte dos governantes. Segundo eles, uma possível explicação para isso é o fato de que a competição por recursos dentro do governo leva à ineficiência na adoção de políticas que satisfaçam as demandas dos eleitores. Entretanto, os resultados desse estudo mostram que o efeito positivo da competição é apenas mitigado pelo efeito negativo da fragmentação e não anulado.

De maneira sucinta o trabalho de Ashworth *et al.* (2007) corrobora a ideia de que competição política, em termos do número de partidos que participam das eleições, leva a um maior desempenho econômico através da melhora da eficiência dos políticos e fornecem evidências do efeito negativo da fragmentação sobre a adoção de políticas públicas eficientes. Contudo, assim como os trabalhos de Besley *et al.* (2006) e Padovano e Ricciuti (2008), os autores não foram capazes de evidenciar a melhora da qualidade dos políticos, no sentido de qualidade exposto por Besley *et al.* (2006), como resultado do aumento da competitividade política, pois a eficiência do político não está relacionada necessariamente à qualidade dos políticos ou as suas características e valores pessoais, mas sim aos incentivos com que eles se deparam para ofertar políticas públicas mais ou menos eficientes. Uma boa explicação para isso é fornecida no próprio trabalho de Ashworth *et al.*, 2007. Segundo eles, a maior competição política nesse caso está fornecendo um incentivo para os políticos que pretendem continuar no poder

ofertarem bens públicos de forma mais eficiente na medida em que a ineficiência torna-se um custo para os políticos que pretendem se reeleger, já que diminui a probabilidade de reeleição destes. Assim esses incentivos é que estão afetando o nível de corrupção de cada governo e não a qualidade individual de cada candidato escolhido pelo partido para concorrer às eleições regionais.

Um ponto importante que também deve ser ressaltado desse trabalho é o fato de que o mercado político (municípios da Bélgica), no qual o estudo dos efeitos de uma maior competitividade política foi realizado, é um ambiente de pequenas dimensões territoriais. Essa característica diminui a importância dos efeitos econômicos das políticas adotadas nesses territórios sobre o mercado econômico do país se compararmos com as políticas adotadas em ambientes políticos nacionais (ou estaduais em países que possuem esse tipo de divisão). Consequentemente, o incentivo sobre os grupos de interesse para que possam influenciar as políticas públicas a serem adotadas nesses municípios é menor, já que essas políticas públicas não afetam significativamente o mercado no qual esses grupos atuam. Dessa forma, o efeito da competitividade política pode estar relacionado às mudanças de incentivos, que uma maior competição política está gerando, por exemplo, uma maior fiscalização dos outros partidos sobre os candidatos eleitos ou, como argumentado no estudo de Ashworth *et al.* (2007), um maior incentivo para a adoção de políticas públicas eficientes pelos políticos eleitos que pretendem se reeleger. Ou seja, o principal efeito da competitividade sobre a performance econômica está sendo realizado através da mudança de incentivos sobre os políticos, e, portanto, a quebra do bloqueio que grupos de interesses possam ter estabelecido nesse mercado pode não representar o principal meio pelo qual a competitividade afeta essa performance econômica.

2.2.4 Estudo na Espanha

Garcia-Veja e Herce (2005) analisam os efeitos da competitividade política sobre a performance econômica através de uma perspectiva diferente da adotada por Besley *et al.* (2006), que estabelecem essa relação através da alteração da qualidade dos governantes. Eles estudaram os efeitos da permanência do mesmo partido no governo sobre o desenvolvimento econômico das regiões da Espanha no período de 1980 a 1998. Para eles, a longa permanência do mesmo partido no poder está relacionada ao aumento da confiança dos eleitores nos governos locais o que para os partidos significa uma vantagem eleitoral sobre os adversários. Segundo eles, o aumento do tempo de

permanência no cargo faz com que o partido perceba a sua vantagem sobre os outros candidatos e com isso passe a acreditar que a probabilidade de continuar no mandato também aumente tornando-se assim mais suscetível à corrupção. Assim a competição política está afetando a performance econômica através do tempo de permanência de um mesmo partido no poder, pois altera os incentivos dos governantes sobre a sua propensão à corrupção o que influencia a escolha de políticas públicas.

No modelo os autores consideram dois períodos e que existem dois tipos de eleitores, um seria representado pelos grupos de interesse ligados ao setor tradicional da economia, que querem proteger os seus benefícios, e o outro grupo seria os eleitores ligados a um novo setor da economia. Existe uma assimetria de informação entre esses dois grupos, pois o grupo de interesse ligado ao setor tradicional é mais bem informado das consequências das políticas adotadas e por isso possui uma capacidade de prever os resultados dessas políticas no segundo período com maior antecedência em relação ao outro grupo. Essa assimetria provoca dois efeitos distintos na adoção da eficiência econômica pelos governantes regionais. O primeiro efeito é que a adoção da eficiência econômica pelo partido que está no poder induz uma punição dos eleitores ligados ao setor tradicional (setor mais bem informado) já no primeiro período, contudo essa escolha leva no próximo período a um prêmio na forma de mais votos dos eleitores ligados ao novo setor (setor menos informado e que por isso percebe os efeitos apenas no segundo período). Consequentemente o nível ótimo de eficiência será aquele em que o custo marginal de escolher hoje uma melhor performance econômica é igual ao benefício marginal do ganho de novos votos amanhã. No modelo, esse ponto ótimo de eficiência tem dois estados. No primeiro, a eficiência seria mínima, pois o governo regional acredita que não será reeleito e por isso escolhe um nível mínimo de eficiência. No segundo, a eficiência diminuiria ao longo do tempo devido à percepção do político que está estabelecido no poder de que a probabilidade de permanecer no cargo aumenta com o tempo e assim ficam mais suscetíveis à influência dos grupos de interesse. Em síntese, o modelo teórico indica que um governo regional que percebe sua vantagem de estar no poder e não internaliza completamente o efeito negativo de suas ações possui incentivos para diminuir a eficiência das políticas a partir do momento que o tempo de permanência no governo aumenta. Isso ilustraria a idéia de que o monopólio político gera efeitos negativos sobre a performance econômica, mas não devido à alteração da qualidade dos políticos como Besley *et al.* (2006) afirmaram, e sim pela mudança de incentivos que a competitividade gera sobre os políticos.

No resultado empírico realizado nas regiões da Espanha nos períodos de 1980 a 1998, Garcia-Veja e Herce (2005), após controlarem os efeitos do desenvolvimento econômico e crescimento do capital público através de seus determinantes, encontraram evidências de que o crescimento do produto interno e o crescimento do capital público possuem uma relação não-linear com o tempo de ocupação do cargo no governo. Essas taxas de crescimento são positivamente correlacionadas com tempos de mandato pequenos e a partir do momento que o tempo de ocupação do cargo aumenta essa correlação torna-se negativa. Esse efeito não linear, segundo Garcia-Veja e Herce (2005), está relacionado ao fato de que investimentos externos no país no início do período avaliado alteraram essa relação, pois os investimentos podem compensar a falta de ineficiência das políticas. Entretanto, a produtividade do capital público decresceu com o aumento do tempo de ocupação do cargo pelos políticos em todas as regressões.

Diante desses resultados de Garcia-Veja e Herce (2005), novas evidências são apontadas de que a qualidade do político no sentido de Besley *et al.* (2006) não é necessariamente o meio pelo qual competitividade afeta a performance econômica nem mesmo em ambientes políticos municipais. Nesse trabalho, ao mensurar a competitividade pelo tempo de permanência de um mesmo partido no poder os autores estão mensurando o efeito da alternância no poder de grupos políticos distintos. Desse modo, a variação na produtividade do capital público pode ser resultado da quebra ou não do monopólio do grupo que se estabeleceu no poder, assim como Parente e Prescott (1999) e Acemoglu e Robinson (2002) previram nos seus modelos, ou a mudanças de incentivos que essa maior competição gera no ambiente político, como Garcia-Veja e Herce (2005) afirmaram. O argumento de que os partidos estabelecidos no poder estejam tornando-se mais corruptíveis ao perceberem uma maior probabilidade de se perpetuarem no poder à medida que permanecem mais tempo no cargo é factível, pois essa maior permanência é um incentivo contrário à eficiência da aplicação do capital público (GARCIA-VEJA e HERCE, 2005).

Capítulo 3 – Efeitos Negativos da Competitividade Política

Até agora se considerou aqui que o aumento da competitividade política está relacionada, independente do meio pelo qual ela afeta o desempenho econômico, a uma melhor performance da economia. Embora tenha sido exposto brevemente os efeitos negativos de uma grande fragmentação num ambiente político no trabalho de Ashworth *et al.* (2007), ainda não foi evidenciado como uma maior competição política pode afetar negativamente a performance econômica e as características do ambiente político que podem afetar ou até mesmo anular os efeitos positivos dessa competitividade.

Neste capítulo, foi verificada a possibilidade do número de partidos influenciar negativamente o desempenho econômico mesmo com o aumento da competitividade política e os efeitos de uma maior competição numa sociedade que possui um alto grau de polarização. Assim como também foram expostos alguns estudos sobre países que diante de uma maior competição política foram afetados negativamente no seu desenvolvimento econômico devido à instabilidade que essa maior competição provoca no mercado político.

3.1 Número de Partidos

A relação entre competição política e performance econômica também pode demonstrar uma correlação negativa na qual um aumento da competitividade provoca um menor desenvolvimento econômico. Como o ambiente político de escolha de políticas públicas é influenciado por diversos fatores institucionais e características sociais como, por exemplo, regras eleitorais ou o grau de polarização¹⁴ da sociedade, nem sempre os efeitos positivos de uma maior competição política geram uma melhor performance econômica. Chhibber e Nooruddin (2004), ao estudarem a relação existente entre o número de partidos nos estados da Índia e a quantidade de bens públicos ofertada nessas regiões, demonstram uma situação na qual competitividade política pode não gerar uma performance econômica eficiente.

¹⁴ Uma sociedade polarizada é aquela em que as preferências dos eleitores é heterogênea (SVENSSON, 1998).

Diante de um sistema eleitoral majoritário igualmente adotado em todos os estados da Índia, onde os partidos precisam criar alianças com os grupos sociais para formar uma coalizão que possa vencer, Chhibber e Nooruddin mostram que a estratégia de um partido de criar uma ampla coalizão¹⁵ para vencer as eleições pode ser arriscada em um estado que possui vários partidos competitivos. Como o grande número de partidos faz com que os votos dos eleitores sejam dispersos entre os candidatos¹⁶ é possível que, por exemplo, um candidato que formou uma pequena coalizão e obteve apenas 30% dos votos vença a eleição. Assim na presença de vários partidos competitivos a necessidade de uma ampla coalizão é pequena. Desse modo, o incentivo para os partidos ofertarem bens privados¹⁷ é maior, pois o partido pode direcionar uma quantidade de bens privados para grupos específicos da sociedade com o objetivo de formar uma pequena coalizão e mesmo assim vencer as eleições. O incentivo para a oferta de bens públicos é menor diante da oferta de bens privados quando um ambiente político com sistema majoritário de eleição possui diversos partidos competitivos disputando as eleições, pois não existe a necessidade da formação de uma grande coalizão (PERSSON e TABELLINI, 1999, fornecem um modelo formal para essa afirmação). Já quando temos apenas dois partidos competitivos existe a necessidade de uma coalizão ampla (que represente mais de 50% da população) para vencer as eleições. Portanto, como a quantidade de bens privados é limitada, existe um incentivo maior para a oferta de bens públicos para formar uma ampla coalizão vencedora. Em suma, os autores argumentam que a oferta eficiente de bens públicos depende do número de partidos competitivos em cada estado.

Na análise empírica realizada nos 15 principais estados da Índia, durante o período de 1967 a 1997, os autores encontraram fortes evidências de que estados que possuíam mais de dois partidos competitivos nas eleições estavam relacionados a uma oferta ineficiente de bens públicos e uma maior oferta de bens privados para específicos grupos da sociedade, o que significou uma menor performance econômica nessas regiões. Entretanto, estados que possuíam apenas dois partidos competitivos tinham

¹⁵ Uma coalizão é a porcentagem do eleitorado que o partido deve conquistar para vencer a eleição.

¹⁶ Não estamos diferenciando aqui os conceitos de partidos e candidatos, ou seja, podemos considerar como sinônimos.

¹⁷ Bens privados são aqueles direcionados para grupos específicos da sociedade com o objetivo de conseguir suporte para as eleições (por exemplo, cargo público) e bens públicos são aqueles que melhoram a qualidade de vida da sociedade como um todo. Os autores assumem que *pork* possui um efeito direto sobre os eleitores (ao contrário do que Samuels (2002) evidenciou para o caso brasileiro), ou seja, a oferta de bens privados tem o objetivo de comprar votos. Chhibber e Nooruddin (2004) mensuram essa oferta através dos gastos com salários de servidores públicos.

uma maior probabilidade de ofertarem uma quantidade eficiente de bens públicos e uma menor quantidade de bens privados.

Diante desses resultados encontrados por Chhibber e Nooruddin (2004) podemos observar a possibilidade da existência de um ambiente político competitivo e ao mesmo tempo ineficiente na provisão de bens públicos necessários ao desenvolvimento regional. Um estado da Índia que possui três ou mais partidos pode ser considerado como um estado com uma elevada competitividade política e, entretanto, ter uma baixa performance econômica devido à ineficiência da oferta de bens públicos provocada pela presença de um número maior do que dois partidos. Assim o número de partidos competitivos que concorrem à eleição pode ser uma característica institucional que afeta a performance econômica e que até mesmo anula o efeito positivo da competitividade política sobre o desenvolvimento econômico.

3.2 Polarização

Um trabalho que também demonstra a possibilidade da existência de um nível elevado de competição no ambiente político e ao mesmo tempo uma baixa performance econômica é o trabalho de Svensson (1998). Nesse trabalho, o autor mostra que uma sociedade muito polarizada está associada a uma menor provisão de gastos públicos e a um alto gasto do governo, ou seja, uma ineficiência dos gastos públicos. O modelo de Svensson evidencia que em uma sociedade homogênea (não polarizada) as eleições, num sistema majoritário, são um mecanismo eficiente para gerar incentivos aos partidos na formulação de políticas públicas¹⁸ adequadas e de baixo custo para a sociedade. No entanto, se a sociedade é altamente polarizada existem poucos eleitores dispostos a mudarem de candidato devido à eficiência das políticas públicas adotadas. As eleições nesse caso geram um incentivo, sobre os partidos, para a escolha adequada do assunto¹⁹ das políticas, mas não com relação à eficiência da aplicação destas. Assim os políticos escolhem o assunto mais adequado para vencer as eleições e não se preocupam com a

¹⁸ Nesse trabalho Svensson analisa a preocupação do eleitorado na escolha das políticas públicas pelos partidos e se estas políticas serão executadas de forma eficiente pelas agências públicas. Como a sociedade através das eleições delega aos políticos poder para implementação de políticas públicas e estes delegam a execução dessas a aqueles que não foram eleitos (agências públicas), existe uma preocupação se os políticos irão implementar essas políticas e se estas serão executadas de forma eficiente. No entanto, para facilitar a exposição não diferenciamos na argumentação sobre o trabalho de Svensson (1998) quem implementa de quem executa as políticas.

¹⁹ O conceito de “assunto” aqui se refere ao tema das políticas públicas escolhidas e não a forma como essas políticas serão implementadas.

eficiência da execução da política pública adotada o que diminui a oferta de bens públicos devido à escassez de recursos.

A análise empírica realizada entre países no trabalho de Svensson (1998) corroborou o modelo no qual uma sociedade muito polarizada está associada a uma ineficiência dos gastos públicos e a um baixo desempenho econômico. Já em sociedades não polarizadas o maior gasto público mostrou-se relacionado a uma maior eficiência destes gastos e conseqüentemente a um maior crescimento econômico. Assim o efeito positivo da competitividade política sobre o desenvolvimento econômico em sociedades polarizadas pode não ser determinante da performance econômica, pois o efeito negativo da polarização da sociedade pode prevalecer. Ou seja, se um país possui uma elevada competição eleitoral, mas essa competição é estabelecida em um ambiente polarizado, então o incentivo negativo sobre a adoção de políticas públicas eficientes pelos partidos pode superar ou suavizar o efeito positivo da competição política sobre o desenvolvimento econômico. Isso ocorreria porque uma sociedade polarizada perturba a tomada de decisões (com relação à eficiência das políticas) pelos políticos, devido aos conflitos de interesses, o que dificulta a governabilidade.

Esse efeito negativo da polarização está em congruência com a explicação de Padovano e Ricciuti (2008) para o efeito negativo da competição política sobre o desenvolvimento econômico no estudo realizado entre os países. Segundo eles, o maior apelo ideológico dos eleitores no ambiente político nacional leva os políticos a se preocuparem mais com escolha do assunto da política do que com a eficiência econômica desta. Dessa forma, em um ambiente mais competitivo os partidos escolhem candidatos mais preocupados com questões ideológicas assim como nos ambientes políticos onde há uma grande polarização da sociedade e isso, conseqüentemente, leva a uma menor performance econômica. Contudo, uma sociedade homogênea poderia proporcionar, num ambiente de maior competição política, um efeito positivo sobre a eficiência das políticas, uma vez que o apelo ideológico na escolha das políticas não seria tão relevante como numa sociedade polarizada.

3.3 Instabilidade

Consideramos até esse momento que os efeitos positivos da competitividade política podem ser atenuados devido a características da sociedade ou institucionais nas quais o ambiente político se desenvolve. Dessa forma a transição de um regime autocrático para um regime democrático, no qual a competitividade política passa a

existir, também possibilita que características institucionais pré-existentes possam provocar uma instabilidade política dentro do país que anule qualquer efeito positivo que um regime democrático possa proporcionar a uma sociedade. Nesta seção vamos demonstrar alguns casos que corroboram essa situação.

3.3.1 Botsuana

Um ambiente no qual competitividade política pode não levar necessariamente a uma melhor performance econômica é encontrado também no trabalho de Acemoglu *et al.* (2001b). Nesse trabalho, os autores estudam os fatores que levaram Botsuana a ter o mais alto crescimento de renda per capita no mundo no período de 1966 até 2001 e a alcançar um desenvolvimento satisfatório se comparado a outros países da África. Segundo eles, Botsuana conseguiu atingir esse desenvolvimento, mesmo diante de condições adversas no início do período como baixo investimento durante a colonização britânica e uma alta taxa de desigualdade econômica.

O estudo de Acemoglu *et al.* (2001b) argumenta que características institucionais de Botsuana junto a outros fatores proporcionaram esses resultados. O país possuía boas instituições que limitavam o poder das elites no período pré-colonial²⁰ (o que ajudou a garantir a estabilidade no período pós-colonial), como também teve um efeito mínimo do colonialismo Britânico (o interesse dos britânicos no país era apenas o de garantir um acesso ao interior do continente Africano) que não destruiu as instituições que já existiam. Após o período colonial, essas instituições foram fortalecidas devido ao próprio interesse econômico das elites, pois Botsuana possui grandes reservas de diamantes e os lucros da exploração desses diamantes geraram benefícios para esses grupos que preferiram a estabilidade ao risco de perder esses ganhos. A influência de bons governantes também ajudou o país a alcançar esses resultados, pois proporcionou a estabilidade²¹ necessária para a implementação de políticas públicas adequadas ao desenvolvimento do país.

Corroborando a análise desses fatores que levaram a uma performance econômica satisfatória no período, Acemoglu *et al.* (2001b) expõem um estudo comparativo com outros países da África mostrando que o conjunto de todas essas características são responsáveis pelo sucesso de Botsuana. A homogeneidade étnica de

²⁰ Durante o período pré-colonial as guerras entre as tribos uniram os clãs da região com o intuito de fortalecer a defesa contra os invasores (ACEMOGLU *et al.*, 2001b).

²¹ Essa estabilidade foi herdada do período pré-colonial das instituições sociais que já existiam.

Botsuana e a pequena intervenção britânica nas instituições durante o colonialismo não explicam sozinhas os resultados encontrados, pois a Somália também era homogênea etnicamente no período pré-colonial e também sofreu uma intervenção mínima da colonização britânica sobre a estrutura da sua sociedade. Contudo, a Somália por sofrer uma herança ruim de instabilidade política mesmo antes do colonialismo não alcançou o mesmo desenvolvimento econômico de Botsuana. Já Lesoto é culturalmente semelhante a Botsuana e também tinha condições pré-coloniais semelhantes, no entanto as distorções provocadas pelo colonialismo britânico sobre as instituições levaram a uma instabilidade política depois da independência e assim a um baixo desenvolvimento econômico. Diferentemente de Botsuana em República do Gana a independência gerada com a partida dos britânicos em 1957 provocou uma instabilidade política na qual o partido *Convention People's Party (CPP)* que estava no poder, mas não possuía uma maioria para governar, passou a adotar políticas cujo objetivo principal era a estabilidade política e não o desenvolvimento econômico do país. Esses exemplos ajudam a demonstrar que a estabilidade política de Botsuana durante todo o período analisado foi fundamental para o sucesso das políticas públicas sobre o desenvolvimento do país e que esta estabilidade foi resultado de uma série de características.

O que torna interessante o trabalho de Acemoglu *et al.* (2001b) diante da nossa discussão é que todo esse desenvolvimento ocorreu sobre a hegemonia de um único partido (*Botswana Democratic Party – BDP*) que se estabeleceu no poder após o período colonial e permaneceu até hoje, ou seja, no período não existiu praticamente nenhuma competição política mesmo sendo um regime democrático com eleições periódicas desde sua independência em 1966 (U.S. DEPARTMENT OF STATE). O principal partido de oposição representativo durante esse período foi o *Botswana National Front (BNF)* fundado por Kenneth Koma, um radical (ACEMOGLU *et al.*, 2001b). Assim podemos nos questionar se uma maior competição política poderia levar Botsuana a um melhor desempenho econômico no país. É possível que uma competição política que provocasse uma alternância no poder possibilitasse a ascensão de um governo radical que diante de um ambiente democrático frágil, sem *checks & balances*²² adequados, pudesse provocar um ambiente de instabilidade política dentro do país,

²² *Checks & balances* significa o nível de institucionalização do país, ou seja, representa o nível de autonomia e independência das instituições democráticas de um país como, por exemplo, a autonomia e independência do poder judiciário, do poder legislativo, e etc.

assim como ocorreu na Somália, Lesoto e República do Gana, comprometendo a performance econômica do mesmo.

A ausência dessa competitividade política em Botsuana, um país que também possuía um sistema institucional frágil, foi responsável pela sua boa performance econômica se comparado aos demais países da África. Essa falta de competitividade gerou uma estabilidade política que possibilitou o desenvolvimento econômico (ROBINSON, 2009). No entanto, a competição política existente na Somália, Lesoto e República do Gana após o período colonial e a presença de um sistema institucional frágil, foram as principais características responsáveis pela baixa performance econômica desses países.

3.3.2 Colômbia

A história política da Colômbia também demonstra um caso no qual a competitividade não está relacionada com uma melhor performance econômica devido à instabilidade política provocada em um ambiente institucional pouco desenvolvido. A Colômbia declarou a sua independência da Espanha em 1819 e iniciou a sua história democrática nas eleições de 1850 na qual o partido Liberal e o partido Conservador disputaram pela primeira vez as eleições. Desde então apenas esses dois partidos alternaram-se no poder (ACEMOGLU e ROBINSON, 2008). Contudo, essa alternância no poder nem sempre se deu de forma pacífica. Durante os primeiros 55 anos de democracia a Colômbia enfrentou nove guerras civis estimuladas pela disputa do poder entre o partido Liberal e o partido Conservador, alcançando um período de paz somente em 1902 com a aprovação de uma reforma institucional. Essa reforma estabeleceu um mecanismo de divisão de poder entre o partido Liberal e o partido Conservador que ao mesmo tempo excluía a participação política de outros partidos na divisão do poder²³. Assim houve uma diminuição da competição entre os dois principais partidos (Liberal e Conservador) na política o que, conseqüentemente, estabeleceu um período de estabilidade no país e um maior desempenho econômico (MAZZUCA e ROBINSON, 2006).

²³ Foi implementado o *incomplete vote* que dividia todos os assentos no legislativo entre os dois principais partidos (Partido Liberal e Partido Conservador). Nessa regra o partido vencedor ficava com dois terços dos assentos do legislativo e o partido em segundo lugar ficava com um terço independentemente do número de votos recebido por cada um (MAZZUCA e ROBINSON, 2006).

Durante a primeira metade do século XX, outras mudanças institucionais sobre as regras políticas foram adotadas²⁴ o que aumentou a competição política pelo poder entre os dois principais partidos (MAZZUCA e ROBINSON, 2006). O resultado foi o início de um novo período de violência com a derrota do partido Liberal nas eleições de 1946. Violência essa que se agrava com o assassinato de um dos maiores representantes do partido Liberal, Jorge Eliécer Gaitán, provocando assim uma guerra civil que se estendeu até 1965.

Quando os dois principais partidos percebem a ameaça de perderem o controle sobre o conflito, devido ao grande aumento da violência no interior do país, iniciam as negociações para estabelecerem um pacto político que ficou conhecido como *Frente Nacional*. Esse pacto foi um acordo entre os diretores políticos dos partidos Liberal e Conservador no qual se estabeleceu uma alternância do presidente nas eleições entre os dois partidos e uma divisão igual dos cargos do legislativo (50% dos cargos para os Liberais e 50% para os Conservadores) até o ano de 1974. Desse modo, as eleições continuaram existindo, mas o vencedor já estava estabelecido pela alternância firmada no pacto *Frente Nacional*. Esse pacto diminuiu novamente a competição política entre os dois partidos pelo poder e estabeleceu mais uma vez um período de paz no país e de crescimento econômico (BUSHNELL, 1993).

Durante toda a história democrática da Colômbia do período de 1850 a 1974 o executivo concentrou uma grande parte do poder (MAZZUCA e ROBINSON, 2006), gerando assim um sistema de *checks & balances* muito fraco²⁵. Essa concentração do poder do Estado pelo Presidente era muitas vezes justificada pela necessidade da restauração da lei e da ordem diante dos diversos períodos de violência no país (KUGLER e ROSENTHAL, 2000). Contudo, a presença de um sistema presidencialista muito centralizado no qual as instituições não eram suficientemente desenvolvidas para garantir um regime democrático equilibrado que inviabilizasse a usurpação do poder pelos partidos, possibilitava um ambiente de instabilidade na presença de uma maior competitividade política. Essa fragilidade institucional na

²⁴ Em 1929 o *incomplete vote* foi alterado para o *quotient rule*. Nesse sistema o número de assentos ocupados no legislativo por um partido depende da proporção de votos recebidos na eleição. Esse novo sistema eleitoral permitia a participação de outros partidos como também possibilitava uma maior disputa por cargos entre o partido Liberal e o partido Conservador (MAZZUCA e ROBINSON, 2006).

²⁵ Kugler e Rosenthal (2000) analisam a fragilidade do sistema de *checks & balances* da Colômbia mesmo após a adoção da Constituição de 1991. Problemas com relação à grande concentração de poder no executivo, a baixa transparência das políticas adotadas e a falta de representatividade do poder do estado em certas regiões são apontados como problemas que perpetuaram durante toda a história democrática da Colômbia.

Colômbia gerou uma série de problemas durante o período de 1850 a 1974 como, por exemplo, as constantes fraudes eleitorais e a falta de transparência nas decisões políticas (BUSHNELL, 1993). Assim, como o sistema de *checks & balances* não conseguia evitar essa concentração do poder, a instabilidade política emergia, pois o partido que se encontrava excluído do ambiente político estimulava essa instabilidade ao perceber que a probabilidade de alcançar o poder pelas vias democráticas era pequena.

Em suma, a história da Colômbia também exemplifica uma situação na qual uma maior competitividade política em um país institucionalmente pouco desenvolvido (ou *checks & balances* fracos) possibilita o surgimento de um ambiente político instável que conseqüentemente afeta de forma negativa a performance econômica, por que, muitas vezes, essa instabilidade resulta em guerra civil.

3.3.3 Venezuela

Um caso semelhante, no qual competição política pode levar à instabilidade e, conseqüentemente, a uma menor performance econômica, pode ser verificado na atual conjuntura política e econômica da Venezuela. A Venezuela iniciou a sua história democrática em 1958, após a queda da ditadura de Marcos Peres Jiménez. Com a constituição de 1961, resultante do Pacto de *Punto Fijo*²⁶, a democracia da Venezuela foi constituída basicamente de um sistema bipartidarista formado pelo partido *Acción Democrática* (AD) e o partido *Comitê de Organização Política Eleitoral Independente* (Copei). Ambos os partidos eram ideologicamente semelhantes, tinham as suas bases enraizadas principalmente na classe média e estabeleciam um governo clientelista com base na renda do petróleo. Esse sistema democrático também permitia que os dois grandes partidos (AD e Copei) controlassem os cargos de primeiro escalão em instituições como o Congresso, a Corte Suprema de Justiça e os sindicatos (VILLA DUARTE, 2005). Como o controle do judiciário e do legislativo era muito centralizado o Estado venezuelano estabelecia um sistema de *checks & balances* fraco, pois a AD e o Copei exerciam um controle direto sobre as principais instituições do país.

Durante o período de 1958 até os anos que antecederam as eleições da Venezuela de 1998, esse sistema democrático funcionou bem diante do objetivo de garantir a estabilidade política dentro do país. Fatores como a alta do preço do petróleo

²⁶ O Pacto de *Punto Fijo* foi um pacto populista de conciliação de elites no qual se estabeleceu uma distribuição clientelista da renda do petróleo. Esse pacto formou um sistema bipartidarista com uma mínima diferenciação ideológica entre os dois partidos, o que sufocava os partidos pequenos e deixava as minorias sem voz ativa no cenário nacional (VILLA DUARTE, 2005).

durante a década de setenta e início dos anos oitenta garantiram uma elevada renda do petróleo e uma fácil governabilidade diante do sistema clientelista estabelecido pela AD e pelo Copei que distribuía esses recursos na sociedade. No entanto, no final da década de oitenta com a queda do preço do petróleo e o início de uma série de medidas neoliberais pelo governo, como um forte ajuste fiscal, privatizações e enxugamento da máquina administrativa (em um país onde o Estado e suas empresas eram os principais empregadores) levaram a um descontentamento da sociedade com o regime até então vigente de alternância no poder do AD e do Copei, principalmente dos setores populares por terem sido mais atingidos (VILLA DUARTE, 2005).

Como durante todo período no qual o sistema bipartidarista governou não houve desenvolvimento institucional da democracia existente, pois o regime até o início dos anos noventa foi capaz de estabelecer a estabilidade política e não existia a necessidade de grandes alterações na visão dos dois maiores partidos (AD e Copei), o sistema de *checks & balances* dentro da democracia não foi alterado. Assim o aumento da competição política devido à insatisfação da sociedade com o regime vigente possibilitou a ascensão de um governo mais radical ao poder²⁷. Como o sistema de *checks & balances* não era desenvolvido suficientemente para evitar tomadas de decisões antidemocráticas por partes dos governantes, pois as instituições (legislativo e judiciário) eram controladas indiretamente pelo partido que governava, o presidente Hugo Chávez, que assume em 1998 com o apoio da maioria, fica diante da possibilidade da escolha de medidas antidemocráticas e contrárias ao desenvolvimento do país²⁸. Ou seja, mais uma vez, na presença de uma democracia com um sistema institucional frágil a competição política afetou de forma negativa a performance econômica do país, devido à instabilidade política que emergiu dessa competição. Após 1998 o país continuou enfrentando um período de instabilidade devido ao aumento da competitividade política. Entre 1998 e 2003 o país fica diante de um crescimento real do

²⁷ O desprestígio dos partidos políticos tradicionais (AD e Copei) e de suas lideranças junto ao desejo de setores populares, e mesmo da classe média, de renovar suas elites dirigentes proporcionaram um espaço no ambiente político para a viabilização de outros partidos nas eleições. O partido *La Causa Radical* conseguiu viabilizar-se como opção nas eleições de 1993. Após 1993 a grande aceitação popular em torno da figura de Hugo Chávez faz com que o seu partido *Movimiento Quinta República* (MVR) também se viabilize como uma opção nas eleições de 1998. Esse aumento de competitividade política resultou na vitória de Hugo Chávez nas eleições de 1998 com 58% dos votos válidos (VILLA DUARTE, 2005).

²⁸ Glaeser *et al.* (2006) num estudo que relaciona o nível de educação da população com a adoção do regime democrático, estimam que devido ao nível de escolaridade da Venezuela em 2005, nos próximos 20 anos (considerando o ano base 2005) a Venezuela tem uma probabilidade de 50% de deixar de ser um regime democrático. Esse fato ajuda a corroborar o baixo desenvolvimento institucional do país embora adote um regime democrático.

PIB negativo. No entanto, com a volta da estabilidade política devido à diminuição da competição que surge como consequência das medidas antidemocráticas²⁹ adotadas por Hugo Chávez o PIB real volta a crescer significativamente com um índice 13.5% ao ano até 2008 (WEISBROT *et al.*, 2009).

²⁹ Entre essas medidas podemos citar as constantes tentativas do governo de enfraquecer a sua oposição através principalmente do controle dos meios de comunicação do país e a estatização da companhia de petróleo PDVSA que representava metade da fonte de receita do governo e 80% das receitas de exportações do país (WEISBROT *et al.*, 2009).

Capítulo 4 – Caso Brasileiro

Após essa discussão exaustiva sobre competitividade política e performance econômica em diversos países, neste capítulo é exposto uma análise sobre alguns trabalhos voltados para o estudo dos efeitos da competitividade política no Brasil. Posteriormente, também é apresentado um estudo empírico no qual os efeitos da competição política nos estados brasileiros nas eleições para governadores desde 1982 (primeira eleição direta para governador após o regime ditatorial) são verificados sobre algumas variáveis de desenvolvimento econômico.

4.1 Estudos no Brasil

O Brasil, com os seus 25 anos de democracia consolidada, é relativamente aos países democráticos mais antigos uma democracia recente. Embora tenha iniciado a sua experiência democrática no início do século XX, na República Velha, a história democrática do Brasil foi interrompida por diversos períodos ditatoriais e, por isso, nunca foi possível avaliar os efeitos da competição política sobre um período democrático estável tão longo como esses últimos 25 anos de regime democrático. Assim torna-se interessante a avaliação dos efeitos da competição política durante esse período sobre as diversas regiões do Brasil.

Alguns autores, como Chamon *et al.* (2008), Ferraz e Finan (2009) e Mueller *et al.* (2010), analisam os efeitos da competitividade política sobre algumas variáveis de desempenho econômico em ambientes políticos municipais e estaduais. Summerhill (2010), utilizando uma abordagem diferente, com dados sobre fazendas do Estado de São Paulo em 1905, estuda empiricamente se as desigualdades políticas no início do século tiveram algum impacto sobre desempenho econômico atual nesses municípios. Alguns desses trabalhos, devido à importância para o posterior esboço empírico, serão descritos mais detalhadamente a seguir.

Um estudo interessante que é capaz de demonstrar o efeito causal entre competitividade política e as escolhas de políticas pelos governantes é o de Chamon *et al.* (2008). Nesse trabalho, utilizando como variável exógena para medir competição política nos municípios uma regra eleitoral que estabelece a possibilidade de segundo turno para as eleições de prefeitos em municípios com mais de 200.000 mil habitantes,

Chamon *et al.* (2008) demonstraram o efeito causal entre competição política e os produtos das políticas fiscais adotadas nessas regiões. Segundo eles, a possibilidade de existência de segundo turno nas eleições possibilita que os partidos que possuem a mesma filosofia disputem votos no primeiro turno, o que aumenta a competição política, visto que mesmo com a fragmentação no primeiro turno esses partidos poderiam se unir no segundo turno para vencer as eleições. Contudo, em municípios com menos de 200.000 mil habitantes (onde a regra eleitoral não permite segundo turno) se os partidos que possuem a mesma filosofia lançassem diferentes candidatos poderiam perder as eleições devido à fragmentação de seu eleitorado, o que impede os partidos que possuem as mesmas características de lançarem candidatos diferentes para concorrerem às eleições, resultando numa diminuição da competição política. Diante disso, os autores demonstram empiricamente que essa regra eleitoral diferencia a competitividade política em municípios muito semelhantes que possuem uma população ao redor de 200.000 mil habitantes.

Com esse experimento quase natural eles demonstram que uma maior competição política está relacionada a um maior investimento em escolas e a um aumento no investimento total com relação aos gastos do governo, e identificam o efeito causal dessa relação. Embora esse trabalho tenha desenvolvido com sucesso um estudo empírico para a análise dos efeitos da competitividade política, os autores não argumentam por quais meios a mudança de competitividade estaria afetando a escolha das políticas nos municípios. Chamon *et al.* (2008) não sugerem que esse efeito estaria sendo provocado pela melhora da qualidade dos políticos, como Besley *et al.* (2006) modelaram, e também não afirmam que esse efeito está relacionado à quebra do bloqueio que elites ligadas ao poder possam estar estabelecendo, como Acemoglu e Robinson (2000) e Parente e Prescott (1999) modelaram.

Outro trabalho interessante sobre competitividade no Brasil é o de Ferraz e Finan (2009). Seguindo a ideia de que as elites podem capturar o processo democrático gerando bloqueios à adoção de políticas eficientes para a sociedade, assim como Acemoglu e Robinson (2000) e Parente e Prescott (1999) argumentaram, os autores analisam os efeitos da persistência de famílias no poder nos municípios do Brasil no período de 1947 a 2000. Eles mensuram essa persistência através de um índice *Herfindahl* de concentração política³⁰ que leva em consideração o sobrenome dos

³⁰ Esse índice é detalhadamente apresentado na seção 4.2, na qual é exposto um estudo empírico sobre competição política nos estados brasileiros.

prefeitos. Como no Brasil é comum que as pessoas tenham dois sobrenomes, sendo o primeiro tipicamente originário da família da mãe e o segundo originário da família do pai, os autores assumem que os prefeitos dos municípios que possuem pelo menos um sobrenome em comum pertencem ao mesmo grupo familiar. Através da determinação dessa relação entre os prefeitos foi possível construir um índice de concentração política nos municípios durante o período estudado.

Ferraz e Finan (2009) verificam através do seu estudo empírico que os municípios³¹ que têm o poder político historicamente concentrado nas mãos de algumas famílias possuem um menor produto per capita, são menos industrializados e estão relacionados a um menor desenvolvimento social (menor expectativa de vida, menor escolaridade e um alto índice de mortalidade infantil).

Ferraz e Finan (2009) também estudam a persistência da concentração do poder político nos municípios durante e após o regime militar. Segundo eles, as elites municipais foram capazes de se perpetuarem no poder durante o regime militar e após, no período democrático, já que uma grande concentração política anterior à ditadura está relacionada a uma maior concentração durante o regime militar, persistindo, por sua vez, durante o regime democrático.

Naritomi *et al.* (2007) também desenvolvem uma análise empírica sobre a concentração do poder político nos municípios brasileiros. Utilizando características dos municípios brasileiros do período colonial relacionadas à exploração do açúcar e do ouro, os autores tentam demonstrar a persistência dessas características ao longo do tempo. Controlando os resultados por uma série de características geográficas, Naritomi *et al.* (2007) explicam algumas variações dos ambientes institucionais de hoje, por exemplo, um maior índice Gini nos municípios é fortemente relacionado a um maior impacto do ciclo do açúcar no período colonial; e as características atuais de um pior acesso à justiça e uma menor qualidade da governabilidade nos municípios mostraram-se relacionadas a um maior impacto do ciclo do ouro nessas regiões. Esse estudo também apresentou evidências, embora não significativas, de que o ciclo do açúcar teve impacto sobre a persistência política a nível estadual. No entanto, nenhuma dessas características do período colonial (ciclo do açúcar e o ciclo do ouro) foram capazes de explicar a concentração política nos municípios hoje.

³¹ Devido à dificuldade de dados durante o período estudado, Ferraz e Finan (2009) realizam a sua análise empírica apenas nos municípios dos estados de Alagoas, Ceará e Minas Gerais.

Outro trabalho que também estimulou a análise empírica desta dissertação foi Mueller *et al.* (2010). Considerando que as instituições políticas são importantes nas determinações das políticas implementadas nos estados, os autores elaboram um modelo de tomada de decisões do processo político e verificam empiricamente o porquê dos estados se diferenciarem com relação à provisão de bens públicos e corrupção. Mueller *et al.* (2010) argumentam que as escolhas do político estão relacionadas a sua percepção da competição política e do nível *checks & balances*. Segundo eles, existe uma relação entre essas duas variáveis, ou seja, nos estados que apresentam um maior nível de *checks & balances* os efeitos do grau de competição política se mostraram mais relevantes. Para essa análise empírica os autores construíram um índice para *checks & balances* e utilizaram uma série de variáveis para mensurar a competição política.

Os resultados demonstraram que *checks & balances* teve um impacto significativo sobre o comportamento dos governadores com relação à oferta de bens públicos e bens privados³², mesmo controlando pelo PIB per capita de cada estado. O efeito da variável competição política mostrou-se relacionado ao nível de *checks & balances* de cada estado e está relacionado positivamente com a oferta de bens públicos o que demonstra a correlação entre o nível de institucionalização e os efeitos da competição política. Como observado anteriormente no estudo da competitividade política em alguns países como, Colômbia, Venezuela e Botsuana, o nível de institucionalização está diretamente relacionado aos efeitos que a competição política pode provocar e o trabalho de Mueller *et al.* (2010) consegue demonstrar empiricamente justamente essa correlação no ambiente político estadual do Brasil.

4.2 Análise Empírica

De maneira geral os estados brasileiros demonstram uma grande similaridade com respeito a suas características institucionais, as quais são estabelecidas nas constituições estaduais. As regras eleitorais nas eleições para governadores são idênticas em todos os estados e mesmo com essa semelhança institucional os 27 estados brasileiros são extremamente diferentes com relação a suas economias e produtos políticos. Diante dessas mesmas características institucionais o que poderia levar os estados a possuírem diferentes produtos das políticas adotadas por seus governantes?

³² Bens públicos foram mensurados através dos gastos em saúde e saneamento dividido pelo total de gastos em cada estado e por um índice de eficiência dos gastos. Os bens privados foram mensurados pela porcentagem do total de gastos que é utilizado com o salário e benefícios dos servidores.

Como Mueller *et al.* (2010) afirmam, outros aspectos econômicos como, por exemplo, o estoque de investimentos, o nível de integração econômica com outros estados e o mercado internacional e investimentos estrangeiros, possuem um papel importante na economia e nos produtos das políticas adotadas pelos governadores. Contudo, um dos objetivos desse trabalho é demonstrar empiricamente que a competição política no nível estadual exerce um papel fundamental na performance econômica e no produto das políticas dos estados.

A análise empírica buscou relacionar a competitividade política nas eleições para governador dos estados brasileiros com algumas variáveis de desempenho econômico. Para esse estudo foram elaboradas algumas variáveis de competição política como, por exemplo, índice de concentração política, índice de volatilidade do eleitorado e o número de candidatos. Os dados abrangem as sete primeiras eleições democráticas para governador dos estados após o regime ditatorial, ou seja, as eleições de 1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.

4.2.1 Mensurando Competição Política

Como o intuito do estudo empírico é verificar a relação entre competitividade política e desenvolvimento econômico no presente trabalho elaborou-se 4 diferentes variáveis para mensurar a competição política nos estados brasileiros no período de 1982 a 2006.

A primeira e mais simples dessas variáveis independentes é o número de candidatos que disputaram as eleições em cada estado brasileiro, ou seja, quanto maior o número de candidatos disputando uma determinada eleição maior é a competitividade política naquela eleição estadual.

A segunda variável foi estabelecida através da diferença do percentual de votos entre o primeiro e o segundo colocado em cada eleição estadual. Caso as eleições tenham sido definidas no primeiro turno essa diferença foi estabelecida entre os dois primeiros colocados. Da mesma forma, na presença de uma indefinição no primeiro turno essa diferença foi estabelecida entre o percentual de votos dos candidatos no segundo turno. Assim, uma maior diferença significa uma menor competição nas eleições enquanto que uma menor diferença representa uma maior competição política.

A terceira variável independente foi elaborada com base no trabalho de Ferraz e Finan (2009) no qual foi formulado um índice *Herfindahl* de concentração política para os municípios. Neste trabalho esse índice de concentração foi construído com base

na relação política entre os governadores de diferentes períodos em cada estado brasileiro. Ou seja, o índice de concentração política nos estados levou em consideração, em um determinado período, um estudo da relação política existente entre todos os governadores eleitos desde 1982. Desse modo foi possível verificar o grau de permanência de um mesmo grupo político no poder através do índice *Herfindahl* de concentração política. O H_{et} (índice *Herfindahl* de concentração política estadual) é definido da seguinte forma:

$$H_{et} = \sum_i \left(\frac{\text{Número de eleições que um grupo político "i" tem permanecido no poder}_{iet}}{\text{Total do número de Eleições}_{et}} \right)^2$$

Grandes valores desse índice correspondem a uma alta concentração política no poder no período t e no estado e . Numa situação hipotética o índice H_{et} teria uma concentração máxima igual a 1 quando um mesmo grupo permaneceu no poder todas as eleições.

Para observar se um governador eleito em determinado estado estava relacionado aos governadores anteriores diversas características foram observadas como, por exemplo, o partido a qual cada governador pertence e as coligações em cada eleição; se o governador no período t era vice-governador do governador no período $t-1$; se o governador no período t era aliado historicamente do governador no período $t-1$, $t-2$, $t-3$, e assim sucessivamente até o primeiro período (1982); e qual candidatura o governador do período $t-1$ apoiou nas eleições do período t . Essas características foram controladas pela mudança de partido pelos políticos e pela extinção ou fusão partidária. Desse modo foi possível elaborar quais governadores pertenciam ao mesmo grupo político e assim o índice *Herfindahl* de concentração política pode ser calculado. Um alto valor desse índice indica uma alta concentração e conseqüentemente uma menor competição política nas eleições para governador dos estados brasileiros. Uma exposição mais detalhada da formulação dessa variável é apresentada no apêndice 1 deste trabalho.

Como as eleições de 1982 nos estados foram estabelecidas após um longo período de ditadura no qual os governadores eram nomeados por um governo militar o índice não deixou de representar o nível de concentração já nas eleições de 1982, uma vez que os estados nos quais o PDS (Partido Democrático Social)³³ foi vitorioso nas

³³ O PDS (Partido Democrático Social) foi um partido político de direita fundado em 30 de janeiro de 1980 após o fim do sistema bipartidário existente durante o regime militar. O PDS foi fundado por

eleições para governador o índice H_{et} relativo a esses estados tem o valor máximo igual a 1, o que representa a continuação do mesmo grupo político que se estabeleceu durante todo o período da ditadura militar, já que o PDS (antigo ARENA) representava o grupo político que sustentou o governo militar. Nessa eleição a vitória do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) em alguns estados representou uma alteração do grupo estabelecido no poder desde o início da ditadura militar (1964), uma vez que o PMDB originou-se principalmente do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que representava a oposição no regime militar. Assim o índice H_{et} é capaz de representar o nível de concentração de forma correta já no primeiro período avaliado (eleições de 1982).

A quarta e última variável independente utilizada para mensurar a competição política foi formulada com base no trabalho de Ashworth *et al.* (2007). Segundo esses autores, a competição política depende muito da perspectiva dos eleitores com relação aos seus candidatos. Se os eleitores são completamente comprometidos com seus partidos, por exemplo, por algum motivo ideológico, a competitividade política entre os partidos que disputam uma eleição pode ser extremamente baixa, pois os eleitores não consideram os demais partidos substitutos entre si. No entanto, quanto maior for a parcela do eleitorado disposta a trocar de partido ou candidato diante das opções, maior será a pressão da competitividade eleitoral sobre cada candidato, já que os eleitores consideram os partidos prováveis substitutos entre si. Identificar a parcela da população que representa esses eleitores numa determinada eleição não é uma tarefa fácil, mas podemos utilizar uma informação *ex post* com relação à mudança da escolha do eleitorado para medir a parcela da população disposta a mudar de candidato. Essa parcela pode ser mensurada através de uma variável de volatilidade do eleitorado definida da seguinte forma:

$$\text{Volatilidade}_{t-1,t} = 1/2 \cdot \sum_{i=1}^n |p_{i,t} - p_{i,t-1}|$$

Onde $P_{i,t}$ representa o percentual de votos válidos recebidos pelo partido i nas eleições t e n refere-se ao número de partidos que concorreram à eleição em um determinado

antigos integrantes do ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que formava a base política de sustentação do governo militar. Logo, uma vitória do PDS nas eleições para governador em 1982 não representou uma mudança do grupo que já estava estabelecido no poder.

estado (o índice referente ao estado não foi referenciado na fórmula por conveniência). A volatilidade tem valor igual a zero quando todos os partidos tiveram o mesmo percentual de voto durante duas eleições consecutivas. Por outro lado o índice de volatilidade tem o seu valor máximo igual a 100 quando todos os partidos que receberam votos em $t-1$ não receberam votos em t . Em síntese, quanto maior for o valor do índice de volatilidade maior a variação no tempo no percentual de votos dos partidos e, portanto, maior deve ser a competitividade política nos estados.

A aplicação da fórmula do índice de volatilidade do eleitorado exigiu uma série de controles como, por exemplo, observar a mudança dos nomes dos partidos no decorrer do tempo, a extinção de alguns partidos, as coligações realizadas no período t pelos partidos do período $t-1$ e o surgimento de novos partidos. Contudo, mesmo estabelecendo todos esses controles muitos problemas relacionados à migração de candidatos entre os partidos não pode ser controlada. Com o objetivo de minimizar esse problema um novo índice de volatilidade foi criado:

$$Volatilidade_{t-1,t} = 1/2 \cdot \sum_{s=1}^2 |p_{s,t} - p_{s,t-1}|$$

A variável $p_{s,t}$ representa a soma do percentual de votos entre os partidos de esquerda ou de direita, ou seja, a diferença entre o percentual de votos nos dois períodos, t e $t-1$, não é mais estabelecida entre cada partido individualmente, mas sim entre um grupo de partidos de esquerda e de direita estabelecidos para cada eleição. Desse modo, tem-se apenas dois grupos, $s=1$ e $s=2$.

Esse novo índice de volatilidade do eleitorado tenta minimizar o erro relacionado à troca de partido constantemente realizada pelos candidatos, pois os candidatos tendem a migrar entre os partidos com a mesma ideologia de esquerda ou direita, assim como o eleitorado é mais bem definido entre aqueles que se consideram de direita e de esquerda. Não obstante, essa nova abordagem não exclui a possibilidade de erros, uma vez que a classificação dos partidos como de direita e esquerda não é trivial para os partidos brasileiros. Nesse índice também foram realizados os controles relacionados à alteração do nome dos partidos e as fusões e extinções partidárias.

Como variáveis independentes de controle da regressão foram utilizadas a média do PIB Estadual per capita³⁴ e do índice de Gini³⁵ dos quatro anos de governo em cada estado após cada eleição. Também foi utilizada uma *dummy* para controlar a relação entre o governo estadual e o governo federal. Para um valor igual a um a *dummy* significa que o governo estadual pertence a um partido que está ligado ao governo federal, e zero caso contrário (represente um partido de oposição). Outra variável de controle utilizada foi a latitude geográfica das capitais dos estados, como uma variável de controle geográfico, e a relação dessa com as variáveis de competição política.

Antes de darmos continuidade a nossa discussão é importante que seja explicado o objetivo da escolha da interação entre as variáveis independentes de competição política e a latitude da capital dos estados como variável explicativa nas regressões. Como discutido anteriormente neste trabalho e em Mueller *et al.* (2010) o efeito da competição política nem sempre gera um efeito positivo sobre a performance econômica, uma vez que os efeitos dessa competição dependem do nível de desenvolvimento das instituições no qual essa competição se estabelece. Tendo em mente esse efeito não linear da competição política, uma variável de controle geográfico (latitude das capitais de cada estado) é utilizada para avaliar se o efeito da competição política se diferencia entre as regiões no Brasil. Para isso é utilizada uma variável que represente a interação entre latitude e as variáveis de competição política. Com essa variável foi possível observar os diferentes efeitos das variáveis de competição política nas regiões brasileiras, por exemplo, se o efeito da variável de competição política sobre as variáveis dependentes é maior ou menor conforme a variação da latitude dos estados.

4.2.2 Variáveis Dependentes

Obedecendo às restrições com relação à disponibilidade de dados no período analisado, foram escolhidas algumas variáveis dependentes possíveis de descrever a performance econômica dos estados e a eficiência das políticas adotadas pelos governos estaduais. Como variáveis dependentes foram utilizadas a taxa de pobreza³⁶, o

³⁴ O PIB Estadual per capita foi deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

³⁵ O índice Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

³⁶ Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com

percentual médio dos domicílios com água encanada³⁷, anos de estudo da população³⁸ com mais de 25 anos e a taxa de analfabetismo³⁹. Diante do objetivo de avaliar os efeitos da competição política em cada eleição todas as variáveis dependentes foram calculadas com base na média dos valores anuais nos quatro anos posteriores a cada eleição. Desse modo foi possível evitar o impacto de algumas flutuações ocasionadas por fatores não observáveis que possam ter ocorrido no período.

Entre as variáveis dependentes a taxa de pobreza tem como objetivo verificar o impacto da competitividade política sobre a performance econômica enquanto as variáveis dependentes anos de estudo, taxa de analfabetismo e percentual de domicílios com água visam observar o impacto da competitividade política sobre a qualidade das políticas adotadas pelos políticos e a oferta de bens públicos à população.

Em seguida essas variáveis dependentes foram diferenciadas com relação à taxa de pobreza nacional, o percentual nacional de domicílios com água encanada, a média nacional de anos de estudo da população e a taxa nacional de analfabetismo. Todas essas variáveis de âmbito nacional também foram calculadas levando-se em consideração a média nacional dos quatro anos posteriores a cada eleição. Assim, quatro novas variáveis foram estabelecidas: a diferença da média da taxa de pobreza estadual com relação à média da taxa de pobreza nacional; a diferença do percentual estadual de domicílios com água encanada com relação ao percentual nacional; a diferença da média estadual de anos de estudos com relação à média nacional e a diferença da taxa estadual de analfabetismo com relação à taxa de analfabetismo nacional. O objetivo ao criar essas novas variáveis dependentes foi isolar a relação entre os efeitos da competição política e o desempenho e a qualidade das políticas estaduais adotadas, pois nesse caso controlam-se as variáveis dependentes com relação às variações nacionais em cada período analisado.

Um ponto importante que também deve ser abordado com relação às variáveis dependentes é a importância do papel dos governadores no desempenho dessas variáveis. Nenhuma das variáveis escolhidas representa competência administrativa

base em recomendações da FAO e da OMS. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

³⁷ Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna (IPEADATA).

³⁸ Razão entre o somatório do número de anos de estudo completados pelas pessoas que tem 25 ou mais anos de idade e o número de pessoas nessa faixa etária (IPEADATA).

³⁹ Percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler nem escrever um bilhete simples (IPEADATA).

exclusiva⁴⁰ da União, mas sim uma competência comum aos entes federados. O combate às causas da pobreza, promover a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico e estabelecer os meios de acesso à educação são todas competências administrativas comuns a todos os entes da federação, segundo a Constituição Federal de 1988 (SILVA, 2002). No caso específico da educação infantil e do ensino fundamental, que influenciam diretamente a taxa de analfabetismo, a Constituição Federal de 1988 estabelece que os Municípios e os Estados, entes da federação, devam ter um papel ainda mais ativo na elaboração dos programas relacionados a esses serviços.

Já a escolha do percentual de domicílios com água encanada como variável dependente está relacionada ao fato de que a oferta desse tipo de serviço é realizada por companhias estaduais de distribuição de água e esgoto, o que torna essa variável diretamente relacionada à eficiência das políticas estaduais. Como cada estado brasileiro possui uma empresa pública responsável pelo saneamento básico, os governos estaduais exercem uma influência direta nas políticas dessas empresas públicas, uma vez que esses escolhem os seus dirigentes.

4.2.3 Resultados das Regressões

O estudo empírico foi realizado através de um painel com os 27 estados brasileiros durante as sete primeiras eleições estaduais após o regime militar. Esse painel forneceu um total de 179 observações. A estimação foi realizada controlando-se por *fixed effects* e as oito variáveis dependentes foram regredidas com cada uma das quatro variáveis que mensuram o nível de competição política em cada eleição.

Na tabela número 1 as variáveis dependentes relacionadas ao desempenho econômico do estado e a qualidade da oferta de bens públicos foram regredidas com a variável independente H_{et} (índice *Herfindahl* de concentração política). Essa tabela está dividida em dois painéis, na qual o primeiro (painel A) representa as variáveis dependentes relacionadas apenas às médias estaduais e o segundo (painel B) as variáveis dependentes estabelecidas pela diferença entre as médias estaduais e nacionais de cada período. Na coluna (1) do painel A, por exemplo, a variável dependente é a diferença entre a taxa média de pobreza do estado e a taxa média de pobreza nacional.

⁴⁰ A competência administrativa exclusiva, segundo Silva (2002), é aquela que é atribuída a uma entidade com exclusão das demais, ou seja, a entidade federativa, nesse caso a União, não pode delegar a execução às demais entidades da federação (Estados, Distrito Federal e Municípios).

Tabela 1 – Índice *Herfindahl* de Concentração Política

		<i>Variáveis Dependentes</i>							
Painel A		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
		% Pobreza Média	% Pobreza Média	% Domic. com Água	% Domic. com Água	Anos de Estudo	Anos de Estudo	% Analf.	% Analf.
<i>H_{et}</i>		18.77 (6.14) ^{***}	32.85 (6.77) ^{***}	-0.40 (-7.02) ^{***}	-0.52 (-6.21) ^{***}	-2.57 (-6.85) ^{***}	-2.59 (-4.87) ^{***}	18.42 (7.62) ^{***}	28.21 (6.97) ^{***}
<i>H_{et}</i> *Latitude		-	-1.01 (-3.32) ^{***}	-	0.01 (2.37) ^{**}	-	0.01 (0.43)	-	-0.84 (-3.27) ^{***}
Latitude		-	-0.05 (-0.23)	-	-0.00 (-0.78)	-	-0.04 (-2.07) ^{**}	-	0.28 (1.59)
Pib per capita		-1.68 (-4.30) ^{***}	-1.89 (-6.49) ^{***}	0.01 (2.04) ^{**}	0.02 (5.00) ^{***}	0.21 (4.51) ^{***}	0.28 (10.67) ^{***}	-0.47 (-1.54)	-0.99 (-4.29) ^{***}
Gini		187.58 (10.35) ^{***}	195.38 (12.23) ^{***}	-1.65 (-4.84) ^{***}	-1.76 (-6.44) ^{***}	-12.61 (-5.67) ^{***}	-12.44 (-7.21) ^{***}	55.50 (3.87) ^{***}	77.92 (5.88) ^{***}
Constante		-66.70 (-5.85) ^{***}	-70.55 (-6.89) ^{***}	1.81 (8.43) ^{***}	1.85 (10.75) ^{***}	12.65 (9.04) ^{***}	12.71 (11.75) ^{***}	-21.37 (-2.37) ^{***}	-34.97 (-4.15) ^{***}
Método		<i>Fixed Effects</i>	<i>Random Effects</i>	<i>Fixed Effects</i>	<i>Random Effects</i>	<i>Fixed Effects</i>	<i>Random Effects</i>	<i>Fixed Effects</i>	<i>Random Effects</i>
		7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados
Período		1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos
Observações		179	179	179	179	179	179	179	179
<i>R-squared (within)</i>		0.62	0.65	0.41	0.43	0.51	0.50	0.39	0.42
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Painel B		Diferença (Taxa de Pobreza)	Diferença (Taxa de Pobreza)	Diferença (% Domic. com Água)	Diferença (% Domic. com Água)	Difer. (Anos de Estudo)	Difer. (Anos de Estudo)	Difer. (Taxa de Analf.)	Difer. (Taxa de Analf.)
<i>H_{et}</i>		17.43 (4.13) ^{***}	16.55 (2.27) ^{**}	-0.31 (-5.71) ^{***}	-0.32 (-3.62) ^{***}	-0.30 (-0.94)	0.17 (0.30)	19.11 (6.79) ^{***}	11.14 (2.34) ^{**}
<i>H_{et}</i> *Latitude		-0.86 (-3.29) ^{***}	-1.04 (-2.17) ^{**}	0.01 (4.27) ^{***}	0.02 (3.43) ^{***}	0.01 (0.85)	-0.00 (-0.11)	-0.92 (-5.26) ^{***}	-0.72 (-2.30) ^{**}
Latitude		-0.67 (-3.07) ^{***}	-0.60 (-2.00) ^{**}	0.00 (0.65)	-0.00 (-0.26)	0.02 (1.41)	0.03 (1.54)	0.03 (0.21)	-0.07 (-0.37)
Pib per capita		-0.30 (-1.12)	-0.33 (-1.23)	0.00 (2.47) ^{**}	0.00 (2.50) ^{**}	0.08 (3.86) ^{***}	0.08 (3.91) ^{***}	-0.17 (-0.94)	-0.26 (-1.48)
Gini		87.72 (6.27) ^{***}	86.80 (5.74) ^{***}	-0.70 (-3.81) ^{***}	-0.82 (-4.25) ^{***}	-0.01 (-0.01)	-0.68 (-0.57)	20.57 (2.20) ^{**}	32.59 (3.31) ^{***}
Governo ligado ao partido do Presidente		-	-0.51 (-0.55)	-	-0.00 (-0.14)	-	0.14 (1.95) ^{**}	-	-0.45 (-0.75)
Constante		-37.96 (-4.16) ^{***}	-35.93 (-3.66) ^{***}	0.34 (2.88) ^{***}	0.41 (3.33) ^{***}	-1.00 (-1.42)	-1.05 (-1.36)	-12.78 (-2.09) ^{**}	-14.43 (-2.26) ^{**}
Método		<i>Random Effects</i>	<i>Random Effects</i>	<i>Random Effects</i>	<i>Random Effects</i>	<i>Random Effects</i>	<i>Random Effects</i>	<i>Random Effects</i>	<i>Random Effects</i>
		7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados
Período		1982-2006 Com intervalos	1986-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1986-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1986-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1986-2006 Com intervalos
Observações		179	157	179	157	179	157	179	157
<i>R-squared (within)</i>		0.25	0.23	0.21	0.18	0.00	0.00	0.26	0.10

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente. Entre parênteses, *t*-stats para *Fixed Effects* e valor *z* para *Random Effects*.

No painel A as variáveis dependentes foram regredidas utilizando-se *fixed effects* e *random effects*, já que este último método possibilitou utilizar a latitude como variável de controle geográfico. Na coluna (1), a variável dependente taxa de pobreza

média do estado, que está relacionada ao desenvolvimento econômico, é regredida com a variável H_{et} . O valor do coeficiente de H_{et} mostrou-se significativo a 1% e com o sinal esperado. Dessa forma uma maior concentração política é relacionada a uma maior taxa de pobreza média nos estados; em outras palavras, uma menor competição política está correlacionada a uma maior taxa de pobreza. Nessa mesma regressão as variáveis independentes de controle H_{et} *Latitude, Pib per capita e Gini, também têm o sinal esperado e são significativas a 1%. O valor de 0.65 do *within-R*² indica que as quatro variáveis independentes explicam grande parte da variação da taxa de pobreza média. Na coluna (2) utilizou-se *random effects* para empregar uma variável de controle geográfico; contudo, esta não se mostrou significativa.

Nas colunas (3), (4), (5), (6), (7) e (8) as variáveis dependentes relacionadas à qualidade da oferta de bens públicos, porcentagem de domicílios com água, anos de estudo e taxa de analfabetismo, são regredidas também com a variável independente H_{et} utilizando *fixed effects* e *random effects*. Os coeficientes de H_{et} são significativos a 1% e têm o sinal correto com relação a todas as variáveis dependentes. A variável de controle Gini é significativa em todas as regressões e com o sinal esperado; já a variável de controle Pib per capita só não foi significativa com relação à taxa de analfabetismo (coluna (7)). Esses resultados mostram que a variável H_{et} está correlacionada com a qualidade da oferta de bens públicos pelos governantes, ou seja, uma maior competição política nos estados está relacionada a uma maior taxa de domicílios com água, a uma maior quantidade de anos de estudos e a uma menor taxa de analfabetismo.

Com o objetivo de isolar ainda mais o efeito do índice de concentração política sobre a qualidade das políticas públicas e a performance econômica dos estados, o painel B apresenta os resultados relacionados às variáveis dependentes construídas através da diferença entre as médias das variáveis estaduais e nacionais. Nas colunas (1), (3), (5) e (7) a variável de concentração política (H_{et}) é regredida com todas as variáveis dependentes e controlada geograficamente pela latitude⁴¹. Nesse painel o índice *Herfindahl* de concentração política só não foi significativo com relação à diferença da média de anos de estudos nos estados e a média nacional. Apesar disso, em suma, esses resultados ajudam a corroborar ainda mais os efeitos anteriores de que a

⁴¹ Nas colunas (1), (3), (5) e (7) o método utilizado é *random effects* devido à necessidade de utilizar a latitude como controle geográfico. Contudo, ao utilizar *fixed effects* os resultados não se diferenciam significativamente.

competição política, mensurada através do índice *Herfindahl* de concentração, afeta a qualidade das políticas públicas e a performance econômica nos estados.

Nas colunas (2), (4), (6) e (8) as regressões foram controladas pela variável *dummy* que representa a ligação do governo estadual com relação ao governo federal. No entanto, essa variável explicativa só foi significativa com relação à variável de diferença entre os anos de estudo médio nos estados e a média nacional (coluna (6)).

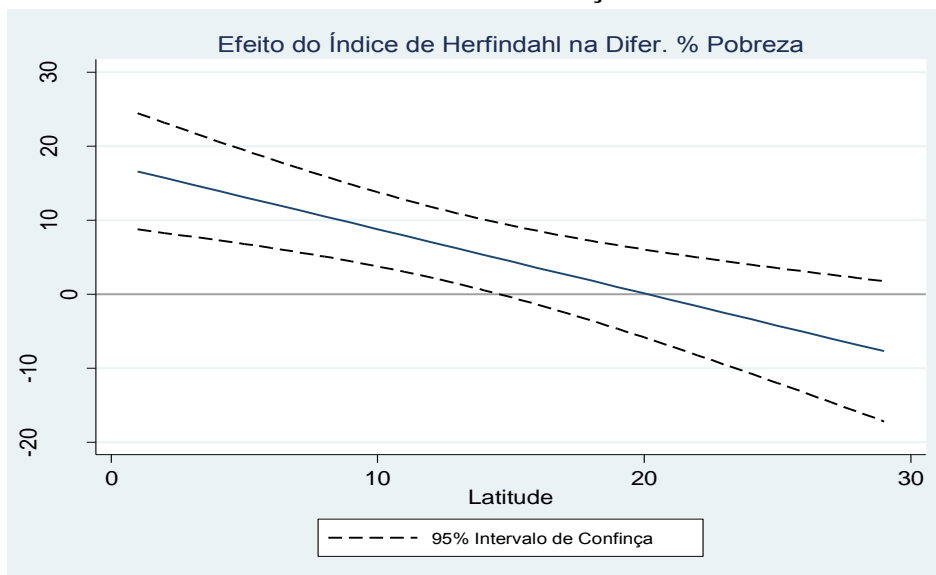
Um ponto importante que também deve ser analisado diante desses resultados é o significado da interação do índice de concentração com a variável de controle geográfica latitude. Quando a variável explicativa $H_{et} * \text{Latitude}$ é significativa ela está demonstrando que o efeito da concentração política sobre as variáveis dependentes depende da latitude do estado. O gráfico 1 demonstra os resultados da interação entre concentração política e latitude quando a variável dependente é a diferença entre a média de pobreza estadual e a média nacional. A linha representa o valor do coeficiente estimado do índice de concentração para cada latitude. As linhas pontilhadas são os limites inferiores e superiores para o intervalo de confiança de 95% para cada latitude. Se o intervalo contem o valor igual a zero para o coeficiente estimado podemos dizer que o coeficiente para essa latitude pode ser considerado estatisticamente igual a zero.

Desse modo, observa-se no gráfico que para latitudes baixas o coeficiente do índice de concentração é positivo e estatisticamente significante. Conforme a latitude aumenta o índice de concentração perde importância sobre a variável dependente sendo significativamente igual a zero para os estados que possuem uma latitude ao redor de 20.

Utilizando o índice de *checks & balances* elaborado no trabalho de Mueller *et al.* (2010) podemos observar no apêndice 2 que a correlação entre a latitude de cada estado e o índice de *checks & balances* é muito alta, cerca de 80%. Dessa forma, uma maior latitude significa um maior índice de *checks & balances* e o gráfico 1 está demonstrando que o efeito da competição política é menor nos estados que possuem um maior índice de *checks & balances*. Em outras palavras, a competição política, mensurada pelo índice *Herfindahl* de concentração política tem o seu efeito relacionado ao desenvolvimento institucional (nível de *checks & balances*) de cada estado e para os estados com um alto nível de desenvolvimento institucional o efeito da competição passa a ser não significativo.

Os gráficos para a variável de interação entre latitude e o índice de concentração política nas demais regressões estão esboçadas no apêndice 3 deste trabalho.

Gráfico 1 - Efeito do Índice de Concentração Política sobre a Diferença da Taxa Média de Pobreza dos Estados com Relação à Taxa Nacional



Os próximos resultados apresentados na tabela 2 são referentes à variável independente de competição política número de candidatos em cada eleição do estado (Cand.). Essa tabela também está dividida em dois painéis seguindo os mesmos objetivos da construção da tabela 1.

Na primeira coluna da tabela 2, painel A, a variável dependente taxa de pobreza média do estado é regredida com a variável independente número de candidatos. O coeficiente dessa variável é significativo a 1% e com o sinal esperado. As variáveis independentes de controle dessa regressão também apresentam coeficientes significativos a 1% e sinais corretos. O valor de 0.61 do *within-R*² indica que as três variáveis independentes também explicam grande parte da variação da taxa de pobreza média. Sendo assim podemos afirmar que a variável independente número de candidatos está correlacionada à taxa de pobreza. Portanto, através dessa variável, mais uma vez, a maior competitividade política mostrou-se correlacionada a uma menor taxa de pobreza nos estados.

Nas colunas (3), (4), (5), (6), (7) e (8) do painel A, a variável número de candidatos é regredida com relação às variáveis dependentes relacionadas à qualidade

da oferta de bens públicos. O coeficiente da variável número de candidatos é significativo a 1% e apresenta o sinal esperado em todas as regressões. As variáveis independentes de controle só não são significantes na coluna (7), embora possuam o sinal esperado.

Tabela 2 – Número de Candidatos

		<i>Variáveis Dependentes</i>							
Painel A		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
		% Pobreza Média	% Pobreza Média	% Domic. com Água	% Domic. com Água	Anos de Estudo	Anos de Estudo	% Analf.	% Analf.
Cand.		-1.23 (-4.35)***	-2.73 (-4.87)***	0.02 (5.26)***	0.06 (6.68)***	0.26 (8.33)***	0.37 (6.05)***	-1.42 (-6.43)***	-3.05 (-6.75)***
Cand.*Latitude		-	0.09 (3.42)***	-	-0.00 (-4.85)***	-	-0.00 (-2.70)***	-	0.10 (4.76)***
Latitude		-	-1.17 (-5.26)***	-	0.01 (5.49)***	-	0.01 (0.49)	-	-0.80 (-4.68)***
Pib per capita		-1.72 (-4.12)***	-1.97 (-6.19)***	0.01 (1.93)*	0.02 (4.94)***	0.18 (4.11)***	0.26 (8.91)***	-0.43 (-1.33)	-0.95 (-3.87)***
Gini		161.96 (8.03)***	168.21 (9.23)***	-1.06 (-2.79)***	-1.24 (-4.23)***	-7.03 (-3.16)***	-7.82 (-4.19)***	25.46 (1.61)	46.50 (3.22)***
Constante		-34.40 (-2.70)**	-20.74 (-1.77)*	1.09 (4.52)***	0.89 (4.76)***	6.72 (4.79)***	6.67 (5.61)***	13.87 (1.39)	15.63 (1.69)*
		Fixed	Random	Fixed	Random	Fixed	Random	Fixed	Random
Método		Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects
		7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados
Período		1982-2006	1982-2006	1982-2006	1982-2006	1982-2006	1982-2006	1982-2006	1982-2006
		Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos
Observações		179	179	179	179	179	179	179	179
<i>R-squared (within)</i>		0.58	0.61	0.34	0.41	0.56	0.57	0.34	0.42
		(1)	(2)	(3)	(4)	(4)	(6)	(7)	(8)
Painel B		Diferença (Taxa de Pobreza)	Diferença (Taxa de Pobreza)	Diferença (% Domic. com Água)	Diferença (% Domic. com Água)	Difer. (Anos de Estudo)	Difer. (Anos de Estudo)	Difer. (Taxa de Analf.)	Difer. (Taxa de Analf.)
Cand.		-0.00 (-0.01)	0.29 (0.62)	0.02 (3.82)***	0.01 (2.67)***	-0.04 (-1.49)	-0.06 (-1.66)*	-1.38 (-4.46)***	-0.91 (-3.02)***
Cand.*Latitude		0.02 (1.14)	0.01 (0.80)	-0.001 (-4.55)***	-0.001 (-3.81)***	0.00 (1.09)	0.00 (1.11)	0.06 (4.56)***	0.05 (3.68)***
Latitude		-1.31 (-6.25)***	-1.28 (-6.13)***	0.01 (7.29)***	0.01 (6.90)***	0.02 (1.77)*	0.02 (1.52)	-0.89 (-6.04)***	-0.78 (-5.72)***
Pib per capita		-0.55 (-1.95)*	-0.57 (-2.06)**	0.01 (3.12)***	0.009 (2.69)***	0.06 (3.29)***	0.08 (3.76)***	-0.26 (-1.34)	-0.26 (-1.51)
Gini		93.40 (6.15)***	103.84 (6.41)***	-0.63 (-3.17)***	-0.86 (-4.20)***	-0.40 (-0.37)	-1.43 (-1.15)	11.45 (1.09)	30.27 (2.96)***
Governo ligado ao partido Presidente		-	-0.87 (-0.95)	-	0.00 (0.59)	-	0.13 (1.92)*	-	-0.78 (-1.36)
Constante		-29.55 (-3.00)***	-36.39 (-3.44)***	-0.02 (-0.18)	0.14 (1.11)	-0.69 (-0.97)	-0.19 (-0.23)	11.54 (1.69)*	-1.46 (-0.22)
		Random	Random	Random	Random	Random	Random	Random	Random
Método		Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects
		7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados
Período		1982-2006	1986-2006	1982-2006	1986-2006	1982-2006	1986-2006	1982-2006	1986-2006
		Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos
Observações		179	157	179	157	179	157	179	157
<i>R-squared (within)</i>		0.19	0.23	0.17	0.21	0.0002	0.01	0.15	0.16

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Entre parênteses, *t*-stats para *Fixed Effects* e valor *z* para *Random Effects*.

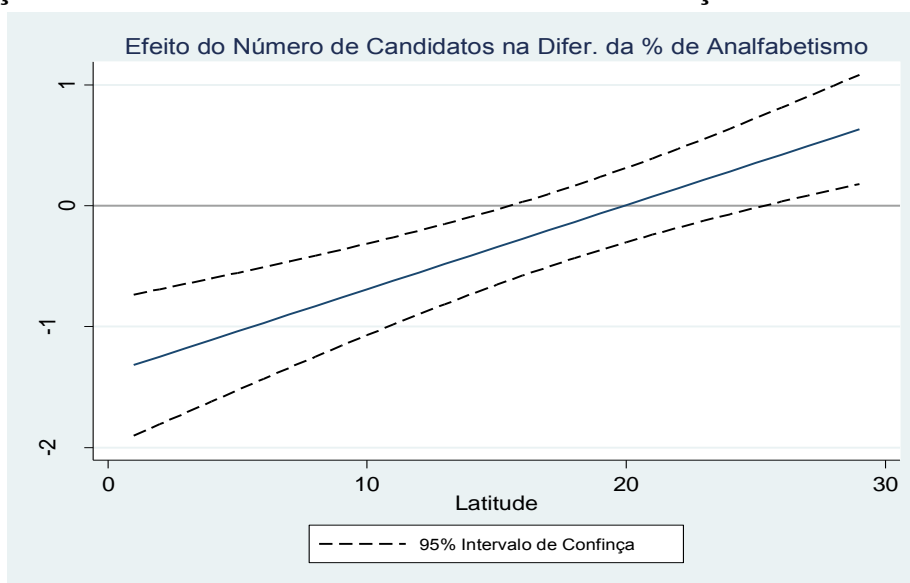
Já no painel B, no qual a variável independente número de candidatos é regredida com as variáveis dependentes construídas através da diferença entre as variáveis estaduais e as nacionais, a variável Cand. permanece significativa com relação à diferença entre a taxa de domicílios com água no estado e a taxa nacional, e com relação à diferença da taxa de analfabetismo no estado e a taxa nacional.

Esses resultados demonstram que a variável de competição política, número de candidatos, está correlacionada a uma melhor provisão de bens públicos, uma vez que uma maior competição política medida através dessa variável é correlacionada a uma maior porcentagem de domicílios com água encanada e a um melhor nível de escolaridade da população. Embora os resultados não sejam os mesmos de quando utilizamos a variável de concentração política, estes permanecem significantes com relação às variáveis dependentes mais influenciadas pelas políticas estaduais.

Com relação à variável de interação Cand.*Latitude essa é significativa sempre que a variável independente número de candidatos é estatisticamente relevante na regressão. Os gráficos que demonstram a relação entre a variável número de candidatos e a latitude sobre as variáveis dependentes estão esboçados no apêndice 3 deste trabalho.

A despeito disso, um caso interessante com relação à interpretação da variável de interação, Cand.*Latitude, deve ser já aqui interpretado. Ao observarmos o gráfico 2 de significância da variável de interação, quando essa é regredida com a variável dependente que representa a diferença entre a taxa de analfabetismo nos estados e a taxa de analfabetismo nacional, verificamos que o coeficiente da variável número de candidatos é negativo e significativo para latitudes pequenas e que passa a ser positivo e significativo para latitudes elevadas. Ou seja, o efeito da variável de competição, número de candidatos, muda completamente à medida que a latitude dos estados aumenta. Esse resultado demonstra que o efeito da competição política sobre as variáveis dependentes não é necessariamente linear e, devido à correlação entre latitude e o índice de *Checks & Balances*, depende do grau de desenvolvimento das instituições em cada estado. Esse fato também pode ser observado sobre a variável de concentração política.

Gráfico 2 - Efeito do Número de Candidatos que disputam as Eleições sobre a Diferença da Taxa de Analfabetismo dos Estados com Relação à Taxa Nacional



A tabela 3 apresenta os resultados referentes à variável independente de competição política formulada através da diferença do percentual de votos do primeiro e segundo colocado em cada eleição. Nessa tabela a mesma estratégia de regressão utilizada com relação às duas variáveis anteriores de competição política é repetida.

No painel A, a variável de competição política é significativa ao nível de 10% apenas com relação à taxa de analfabetismo nos estados. Nas demais regressões dos painéis A e B, a variável de competição foi sempre não-significativa, porém com o sinal correto nas regressões do painel A.

A utilização da variável de diferença entre o primeiro e o segundo colocado nas eleições, como uma variável que representa a competição política nos estados, apresenta alguns problemas de medição que podem ter dificultado a sua utilização como uma variável de competição política. Um problema comum na utilização dessa variável como variável de competição são as distorções relacionadas à existência do 2º turno.

A título de exemplo podemos citar as eleições para governador nos estados Espírito Santo e Rio Grande Sul em 1990, Rondônia e Rio de Janeiro em 1994, nas quais a diferença no primeiro turno foi pequena, o que sugere uma grande competitividade eleitoral, mas que no segundo turno apresentou uma diferença ampliada significativamente. Por outro lado, também é possível que o segundo turno diminua a diferença percentual entre os dois primeiros candidatos que no primeiro turno tenham apresentado uma grande diferença no percentual de votos. Desse modo, embora exista

um nível de competitividade eleitoral no primeiro turno, a possibilidade de segundo turno pode não representar devidamente a competição política no estado, uma vez que no segundo turno as novas alianças formadas podem alterar o resultado das eleições.

Tabela 3 – Diferença entre o 1º e 2º Colocado

Painel A	<i>Variáveis Dependentes</i>							
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	% Pobreza Média	% Pobreza Média	% Domic. com Água	% Domic. com Água	Anos de Estudo	Anos de Estudo	% Analf.	% Analf.
Diferença entre 1º e 2º	0.02 (0.83)	0.06 (1.03)	-0.00 (-0.61)	-0.00 (-1.39)	-0.00 (-0.61)	-0.01 (-1.55)	0.02 (0.96)	0.08 (1.68)*
Difer.*Latitude	-	-0.00 (-0.75)	-	0.00 (1.19)	-	0.00 (1.25)	-	-0.00 (-1.23)
Latitude	-	-0.58 (-3.52)***	-	0.00 (1.63)	-	-0.04 (-3.14)***	-	-0.11 (-0.91)
Pib per capita	-2.18 (-5.08)***	-2.32 (-7.27)***	0.02 (3.07)***	0.02 (6.12)***	0.28 (5.26)***	0.32 (11.13)***	-0.96 (-2.70)***	-1.41 (-5.62)***
Gini	189.16 (9.34)***	194.52 (10.57)***	-1.69 (-4.30)***	-1.76 (-5.12)***	-12.87 (-5.04)***	-12.51 (-6.36)***	57.07 (3.38)***	83.57 (5.44)***
Constante	-54.63 (-4.35)***	-49.49 (-4.48)***	1.55 (6.37)***	1.53 (8.40)***	11.00 (6.96)***	11.17 (9.60)***	-9.52 (-0.91)	-20.95 (-2.29)**
	Fixed	Random	Fixed	Random	Fixed	Random	Fixed	Random
Método	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects
	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados
Período	1982-2006	1982-2006	1982-2006	1982-2006	1982-2006	1982-2006	1982-2006	1982-2006
	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos
Observações	179	179	179	179	179	179	179	179
<i>R-squared (within)</i>	0.53	0.53	0.22	0.22	0.36	0.36	0.16	0.17
	(1)	(2)	(3)	(4)	(4)	(6)	(7)	(8)
Painel B	Diferença (Taxa de Pobreza)	Diferença (Taxa de Pobreza)	Diferença (% Domic. com Água)	Diferença (% Domic. com Água)	Difer. (Anos de Estudo)	Difer. (Anos de Estudo)	Difer. (Taxa de Analf.)	Difer. (Taxa de Analf.)
Diferença entre 1º e 2º	0.04 (0.96)	-0.00 (-0.08)	-0.00 (-0.70)	0.00 (0.10)	-0.00 (-0.37)	0.00 (0.02)	0.04 (1.40)	0.00 (0.29)
Difer.*Latitude	-0.00 (-0.41)	0.00 (0.11)	0.00 (0.19)	-0.00 (-0.31)	-0.00 (-0.29)	-0.00 (-0.19)	-0.00 (-0.76)	-0.00 (-0.39)
Latitude	-1.12 (-6.73)***	-1.15 (-7.00)***	0.009 (5.19)***	0.01 (5.49)***	0.03 (2.81)***	0.03 (2.65)***	-0.43 (-3.66)***	-0.43 (-3.91)
Pib per capita	-0.51 (-1.87)*	-0.51 (-1.85)*	0.01 (3.46)***	0.009 (2.79)***	0.07 (3.73)***	0.08 (3.92)***	-0.45 (-2.27)**	-0.36 (-2.01)
Gini	84.14 (5.71)***	89.47 (5.78)***	-0.66 (-3.29)***	-0.84 (-4.20)***	0.10 (0.10)	-0.58 (-0.49)	19.47 (1.80)*	35.23 (3.48)
Governo ligado ao partido do Presidente	-	-0.95 (-0.97)	-	0.00 (0.41)	-	0.14 (1.91)*	-	-0.81 (-1.28)
Constante	-25.47 (-2.83)***	-27.01 (-2.91)***	0.12 (0.99)	0.22 (1.91)*	-1.22 (-1.86)*	-1.00 (-1.41)	-0.51 (-0.08)	-9.10 (-1.50)
	Random	Random	Random	Random	Random	Random	Random	Random
Método	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects	Effects
	7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	6 períodos, 27 estados
Período	1982-2006	1986-2006	1982-2006	1986-2006	1982-2006	1986-2006	1982-2006	1986-2006
	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos	Com intervalos
Observações	179	157	179	157	179	157	179	157
<i>R-squared (within)</i>	0.18	0.19	0.06	0.11	0.0003	0.003	0.009	0.04

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Entre parênteses, *t-stats* para *Fixed Effects* e valor *z* para *Random Effects*.

A tabela 4 traz os resultados referentes à variável de competição política elaborada através da volatilidade do eleitorado em cada eleição para governador. Nessa tabela as colunas (1), (3), (5) e (7) são regressões que utilizam a variável independente Volt. Part. (volatilidade partidária) e as colunas (2), (4), (6) e (8) utilizam a variável independente Volt. DE (volatilidade que considera um grupo de partidos de esquerda e um grupo de partidos de direita). Excluindo a regressão da coluna (2), nenhuma dessas duas variáveis são significativas com relação às variáveis dependentes escolhidas e todos os coeficientes são com o sinal contrário ao esperado. A regressão na coluna (2), embora seja significativa, também apresentou um sinal contrário ao esperado.

Tabela 4 – Volatilidade

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
	% Pobreza média	% Pobreza média	% Domic. com água	% Domic. com água	Anos de Estudo	Anos de Estudo	Analf. (%)	Analf. (%)
Vol. Part.	0.02 (0.91)	-	-0.00 (-0.39)	-	-0.00 (-0.78)	-	0.01 (0.50)	-
Vol. DE	-	0.13 (3.99) ^{***}	-	-0.00 (-1.39)	-	-0.00 (-1.89)	-	0.06 (2.08)
Pib per capita	-2.16 (-5.03) ^{***}	-2.16 (-5.30) ^{***}	0.02 (3.03) ^{**}	0.02 (3.06) ^{**}	0.28 (5.22) ^{***}	0.28 (5.29) ^{***}	-0.94 (-2.63) [*]	-0.94 (-2.68) [*]
Gini	188.33 (9.28) ^{***}	191.23 (9.92) ^{***}	-1.69 (-4.28) ^{***}	-1.72 (-4.38) ^{***}	-12.76 (-4.99) ^{***}	-13.02 (-5.16) ^{***}	57.07 (3.37) ^{***}	58.40 (3.50) ^{***}
Constante	-54.59 (-4.35) ^{***}	-58.96 (-4.91) ^{***}	1.55 (6.36) ^{***}	1.58 (6.50) ^{***}	10.99 (6.96) ^{***}	11.27 (7.18) ^{***}	-9.52 (-0.91)	-11.48 (-1.11)
Método	Fixed Effects	Fixed Effects	Fixed Effects	Fixed Effects	Fixed Effects	Fixed Effects	Fixed Effects	Fixed Effects
	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados	7 períodos, 27 estados
Período	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos	1982-2006 Com intervalos
Observações	179	179	179	179	179	179	179	179
<i>R-squared (within)</i>	0.53	0.58	0.22	0.23	0.36	0.37	0.16	0.18

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.
Entre parênteses, *t-stats*.

Uma possível explicação para esses resultados pode estar relacionado ao ambiente político no qual o estudo de Ashworth *et al.* (2007) se baseou. Ashworth *et al.* (2007) elaboraram a sua análise empírica nos municípios da Bélgica onde os índices de corrupção são extremamente baixos. No Brasil, entretanto, o ambiente político estadual envolve constantemente a denúncia de compras de votos, principalmente nas regiões mais pobres do país como, por exemplo, os estados do norte e nordeste (SPECK, 2003). Portanto a variável de volatilidade do eleitorado pode estar mais relacionada à compra de votos nas eleições estaduais do que à competitividade política, o que pode explicar o sinal contrário em todas as regressões. Isso também explicaria a significância com relação à variável dependente taxa de pobreza na regressão da coluna (2), uma vez que

os estados com uma maior taxa média de pobreza estão relacionados à maior compra de votos.

Contudo, qualquer conclusão com relação aos resultados sobre a variável de volatilidade do eleitorado pode ser precipitada, já que essa variável independente envolve vários erros de mensuração mesmo diante dos controles realizados. Por exemplo, os controles realizados não foram capazes de evitar o erro relacionado à migração dos candidatos entre partidos, mesmo na variável de volatilidade entre partidos de direita e de esquerda. Tem-se, ainda, que, se os eleitores estão mais ligados à imagem do candidato do que à do partido, essa migração pode distorcer os resultados da volatilidade já que esta é relacionada apenas aos partidos.

Conclusão

Hoje uma discussão constante existente nas sociedades modernas é a real necessidade do regime democrático para o desenvolvimento econômico. Tanto países que adotaram regimes ditatoriais como países com regimes democráticos têm apresentado nos últimos anos uma performance econômica diversificada, o que dificulta a argumentação de que para um crescimento sustentável economicamente seja necessária a adoção de um regime democrático dentro das sociedades.

É claro que outros aspectos institucionais e econômicos também exercem um papel essencial na performance econômica dos países. A título de exemplo podemos citar o estoque de investimentos, o nível de integração econômica com outros países, os investimentos estrangeiros e o nível da atividade do mercado internacional como fatores que possuem um papel importante no desempenho da economia e nas políticas adotadas pelos governantes.

No entanto, diante dessa discussão sobre qual regime político é capaz de gerar os melhores incentivos a um desenvolvimento sustentável, alguns autores apontam a importância da liberdade política para tal desenvolvimento. Sen (1999) afirma que para a compreensão e satisfação das necessidades econômicas de uma sociedade através de um processo de escolhas bem fundamentadas e refletidas é indispensável a existência de debates públicos abertos, livres e esclarecedores, e para isso faz-se necessário a garantia de liberdade política e dos direitos civis básicos que só são possíveis diante de um regime democrático desenvolvido. Ou seja, para que as necessidades da sociedade sejam levadas em consideração pelos tomadores de decisão é preciso que haja uma discussão e diálogo dentro da própria sociedade, o que é possível apenas quando as liberdades políticas são devidamente respeitadas.

Essa liberdade política só existe no regime democrático que se caracteriza principalmente pela formação de um ambiente institucional que possibilita a competitividade política no qual o debate se estabelece. Diante dessa liberdade a competição pelo poder torna-se, segundo diversos autores (ACEMOGLU e ROBINSON, 2000; ASHWORTH *et al.*, 2007; BESLEY *et al.*, 2006; CHAMOM *et al.*, 2008; GARCIA-VEJA e HERCE, 2005; PADOVANO e RICCIUTI, 2008; PARENTE e PRESCOTT, 1999), o meio pelo qual são criados os incentivos necessários para a

adoção de políticas públicas eficientes que resultem no desenvolvimento social e econômico.

Dessa forma este trabalho elabora uma discussão ampla sobre os efeitos e os meios pelos quais a competitividade política pode afetar o desenvolvimento econômico. Defende principalmente a ideia de que a competitividade política diminui o bloqueio à adoção de políticas públicas eficientes que grupos de interesses relacionados a políticos possam bloquear devido ao conflito de interesses envolvidos.

O trabalho também apresenta um estudo no qual, diante de um regime institucional inadequado para a competição política, esta pode gerar efeitos negativos sobre a performance econômica. Isso poderia ocorrer pela instabilidade política que a competição poderia provocar em sociedades que possuem instituições frágeis ou pela adoção de regras eleitorais não adequadas à competição política. Aqui um ponto importante deve ser ressaltado. Independente do ambiente no qual essa competição se estabeleça, as regras eleitorais sempre exerceram um papel fundamental sobre o resultado da competitividade política, pois as diversas regras eleitorais modelam os meios pelos quais a competição gera os seus incentivos sobre os formuladores de políticas públicas, e por isso possuem a capacidade direta de afetar os seus resultados.

Posteriormente uma análise empírica é realizada com o objetivo de corroborar os efeitos positivos da competitividade política. O estudo empírico deste trabalho foi capaz de estabelecer uma série de controles, uma vez que foi realizado entre ambientes políticos semelhantes institucionalmente: os estados brasileiros. As duas variáveis de competição política, índice *Herfindahl* de concentração política e o número de candidatos que concorrem em cada eleição nos estados, mostram-se significantes em quase todos os controles estabelecidos e demonstram que a competição política está relacionada às variações na taxa de pobreza, ao percentual de domicílios com água encanada, à média de anos de estudo e à taxa de analfabetismo nos estados. Sendo assim, a análise empírica demonstra que a competitividade política afeta a performance econômica dos estados brasileiros e a qualidade das políticas públicas adotadas. O fato de que os melhores resultados tenham sido obtidos através da variável de concentração política também demonstra que a adoção de políticas ineficientes emerge quando os grupos de interesses capturam o processo democrático, o que corrobora os modelos de Acemoglu e Robinson (2000) e Parente e Prescott (1999).

Outras duas variáveis de competição política utilizadas, volatilidade do eleitorado e a diferença entre o primeiro e o segundo colocado em cada eleição, não

foram capazes de explicar os mesmos efeitos. Contudo, esses resultados estão mais relacionados à incapacidade dessas variáveis de representarem o nível de competitividade nos estados.

Diante desses resultados, aceitando os argumentos de Sen e assumindo a importância das instituições, defendida por North (1994), Acemoglu *et al.* (2002), (2001a), (2001b), Ostrom (2000), Olson (1993), a explicação para a boa performance de regimes não democráticos pode estar mais relacionada a aspectos econômicos que estejam prevalecendo para o bom resultado econômico, do que aos efeitos provocados pelo regime institucional adotado. Em outras palavras, os regimes ditatoriais podem até apresentar uma boa performance econômica, mas certamente essa performance está relacionada a outras características que também afetam o desenvolvimento econômico como, por exemplo, o estoque de investimento e o custo de produção, do que aos efeitos gerados pelo regime não democrático.

Em suma, a escolha do regime político não define a performance econômica dos países, mas, com a mesma certeza, influencia o desenvolvimento econômico à medida que gera os incentivos adequados sobre os formuladores de políticas públicas. Já se essa influência vai prevalecer sobre os outros fatores no longo prazo passa a ser uma questão a ser respondida.

Bibliografia

ACEMOGLU, Daron, **JOHNSON**, Simon & **ROBINSON**, James A. (2001a), “The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation”. *The American Economic Review*, Vol. 91, n° 5, pp. 1369-1401.

ACEMOGLU, Daron, **JOHNSON**, Simon & **ROBINSON**, James A. (2001b), “An African Success Story: Botswana”. *CEPR Discussion Paper* n° 3219.

ACEMOGLU, Daron, **JOHNSON**, Simon & **ROBINSON**, James A. (2002), “Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution”. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 117, n° 4, pp. 1231-1294.

ACEMOGLU, Daron & **ROBINSON**, James A. (2000), “Political Losers as a Barrier to Economic Development”. *The American Economic Review*, Vol. 90, n° 2, Papers and Proceedings of the One Hundred Twelfth Annual Meeting of the American Economic Association (May, 2000), pp. 126- 130.

ACEMOGLU, Daron & **ROBINSON**, James A. (2006), “Economic Backwardness in Political Perspective”. *The American Political Science Review*, Vol. 100, n° 1 (Feb., 2006), pp. 115-131.

ACEMOGLU, Daron & **ROBINSON**, James A. (2008), “Persistence of Power, Elites and Institutions”. *The American Economic Review* 2008, 98:1, 267–293.

ASHWORTH, John, **GEYS**, Benny, **HEYNDELS**, Bruno & **WILLE**, Fanny. (2007), “Political Competition and Local Government Performance: Evidence from Flemish Municipalities”. *Public Finance and Management*, 9(1), 1-29.

BECKER, Gary S. (1983), “A Theory of Competition Among Pressure Groups for Political Influence”. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 98, n° 3 (Aug., 1983), pp. 371-400.

BERNARDO, Mueller, **ALSTON**, Lee, **MELO**, Marcus & **PEREIRA**, Carlos. (2010), “The Choices Governors Make: The Roles of Checks and Balances and Political Competition”. Preliminary and Incomplete Draft.

BESLEY, Timothy J., **PANDE**, Rohini, **RAO**, Vijayendra. (2005), ”Political Selection and the Quality of Government: Evidence from South India”. Yale University Economic Growth Center Discussion Paper n° 921.

BESLEY, Timothy J., **PERSSON**, Torsten & **STURM**, Daniel M. (2006), “Political Competition and Economic Performance: Theory and Evidence from the United States”. *NBER Working Papers Series* n° W11484.

BUSHNELL, David. (1993), “The Making of Modern Colombia A Nation in Spite of Itself”. University of California Press.

CHAMON, Marcos, **MELLO**, João M. P de & **FIRPO**, Sergio. (2008), “Electoral Rules, Political Competition and Fiscal Spending: Regression Discontinuity Evidence from Brazilian Municipalities”. PUC-Rio Discussion Paper n° 559.

CHIBBER, Pradeep & **NOORUDDIN**, Irfan. (2004), “Do party systems count? The Number of Parties and Government Performance in the Indian States”. *Comparative Political Studies*, Vol. 37 n° 2, March 2004 152-187.

FERRAZ, Claudio & **FINAN**, Frederico. (2008), “Motivating Politicians: The Impacts of Monetary Incentives on Quality and Performance”. *IZA Discussion Paper Series*, n° 3411.

FERRAZ, Claudio & **FINAN**, Frederico. (2009), “Political Power Persistence and Economic Development: Evidence from Brazil's Regime Transition”. Preliminary and Incomplete Draft.

FIORINO, Nadia & **RICCIUTI**, Roberto. (2009), “Interest Groups and Government Spending in Italy, 1876-1913”. *CESifo Working Paper* n° 2722.

GARCIA-VEGA, Maria & **HERCE**, Jose A. (2005), “Does tenure in office affect regional growth? The case of Spanish regions”. *Public Choice* DOI: 10.1007/S11127-009-9584-Y

GLAESER, Edward L., **PORTA**, Rafael La, **LOPEZ-DE-SILANES**, Florencio & **SHLEIFER**, Andrei. (2004), “Do Institutions Cause Growth?”. *NBER Working Paper Series*, n° 10568.

GLAESER, Edward L., **PONZETTO**, Giacomo & **SHLEIFER**, Andrei. (2006), “Why Does Democracy Need Education?”. *NBER Working Papers Series*, n° 12128.

GROSSMAN, Gene M. & **HELPMAN**, Elhanan. (2001), “Special Interest Politics”. The MIT Press.

HENISZ, Witold J. & **ZELNER**, Bennet A. (2003), “The strategic organization of political risks and opportunities”. *Strategic Organization* Vol 1(4): 451–460.

KUGLER, Maurice & **ROSENTHAL**, Howard. (2000), “Checks and Balances: An Assessment of the Institutional Separation of Political Powers in Colombia”. Department of Economics University of Southampton.

LINZ, Juan & **STEPAN**, Alfred. (1996), “Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe”. Johns Hopkins University Press; Baltimore.

MAZZUCA, Sebastián & **ROBINSON**, James A. (2006), “Political Conflict and Power-Sharing in the Origins of Modern Colombia”. *NBER Working Papers Series*, n° 12099.

MURILLO, María Victoria, **SCARTASCINI**, Carlos & **TOMMASI**, Mariano. (2008), “The Political Economy of Productivity: Actors, Arenas, and Policies A Framework of Analysis”. Inter-American Development Bank, Research Department Working Papers, nº 640.

NARITOMI, Joana, **SOARES**, Rodrigo R. & **ASSUNÇÃO**, Juliano J. (2007), “Institutional Development and Colonial Heritage within Brazil”. *The Journal of Economic History*.

NORTH, Douglass C. (1986), “The new institutional economics”. *Journal of Theoretical and Institutional Economics*, 142: 230-237.

NORTH, Douglass C. (1990), “A Transaction Cost Theory of Politics”. *Journal of Theoretical Politics* 2(4): 355-367.

NORTH, Douglass C. (1994), “Economic Performance Through Time”. *The American Economic Review*, Vol. 84, Issue 3 (jun., 1994), 359-398.

OLSON, Mancur. (1993), “Dictatorship, Democracy, and Development”. *The American Political Science Review*, Vol. 87, nº 3 (Sep., 1993), pp. 567-576.

OSTROM, Elinor. (2000), “Collective Action and the Evolution of Social Norms”. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 14, nº 3, 137-158.

PARENTE, Stephen L. & **PRESCOTT**, Edward C. (1999), “Monopoly Rights: A Barrier to Riches”. *The American Economic Review*, Vol. 89, nº 5 (Dec., 1999), pp. 1216-1233.

PERSSON, Torsten & **TABELLINI**, Guido. (1999), “The size and scope of government: Comparative politics with rational politicians”. *European Economic Review* 43 (1999) 699-735.

PIRONI, Cristiane Rachel. (2008), “Igualdade política e financiamento de campanhas eleitorais”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

POTTERS, Jan & **SLOOF**, Randolph. (1996), “Interest groups: A survey of empirical models that try to assess their influence”. *European Journal of Political Economy*, Vol. 12, pp. 403-442.

PRZEWORSKI, Adam, **ALVAREZ**, Michael R., **CHEIBUB**, José Antonio & **LIMONGI**, Fernando. (2000), “Democracy and Development: Political Institutions and Well-being in the World, 1950-1990”. New York: Cambridge University Press.

PRZEWORSKI, Adam. (2004), “Geography vs. Institutions Revisited: Were Fortunes Reversed?”. Working paper, Department of Politics, New York University.

ROBINSON, James A. (2009), “Botswana as a Role Model for Country Success”. UNU World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), Research Paper n° 2009/40.

SAMUELS, David J. (2002), “Pork-Barreling is Not Credit-Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil”. *The Journal of Politics*, Vol. 64, n° 3 (Aug., 2002), pp. 845-863.

SCHRAM, Martin. (1995), “Speaking Freely”. Washington DC: Center for Responsive Politics.

SCHUMPETER, Joseph A. (1961), “Capitalismo, Socialismo e Democracia”. Editora Fundo de Cultura.

SEN, Amartya Kumar. (1999), “Development as freedom”. New York: Alfred A Knopf.

SILVA, José Afonso da. (2002), “Curso de Direito Constitucional Positivo”. 20. ed. rev. São Paulo: Malheiros, (2002).

SPECK, Bruno W. (2003), “A compra de votos – uma aproximação empírica”. *Opinião pública*, Campinas, Vol.IX, n° 1, 2003, pp.148-169.

STIGLER, G. (1972), “Economic performance and political competition”. *Public Choice* 13, 91-106.

SUMMERHILL, William. (2010), “Colonial Institutions, Slavery, Inequality, and Development: Evidence from São Paulo, Brazil”. *MPRA* (Munich Personal RePEc Archive), Paper n° 22162, posted 17 April, 2010.

SVENSSON, Jakob. (1998), “Controlling Spending: Electoral Competition, Polarization and Endogenous Platforms”. *Mimeo*, The World Bank.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. (2010), Background note: Botswana. [Consultado em 21/06/2010]. Disponível na internet: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/1830.htm#gov>

VILLA DUARTE, Rafael. (2005), “Venezuela: mudanças políticas na era Chávez”. Instituto de Estudos Avançados da USP 19 (55), 2005.

WEISBROT, Mark, **RAY**, Rebecca & **SANDOVAL**, Luis. (2009), “The Chávez Administration at 10 Years: The Economy and Social Indicators”. Center for Economic and Policy Research, February 2009.

ZOVATTO, Daniel. (2005), “Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada”. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, n° 2, out., pp. 287-336.

Apêndice 1

A construção dessa variável foi realizada a partir da formulação de uma tabela com o nome de todos os candidatos a governadores dos estados brasileiros vitoriosos em cada eleição. Posteriormente, foi efetivado um estudo da relação entre cada candidato vencedor e o governador antecessor para identificar se o governador eleito em cada eleição estava relacionado ao governador anterior, pois dessa forma ficou mais fácil identificar a relação entre os governadores no decorrer das eleições.

Para a realização dessa análise as seguintes características foram observadas em cada eleição. Primeiro observou-se se o candidato eleito estava sendo reeleito ou se o candidato vencedor era do mesmo partido (ou da coligação do partido) do governador do período anterior. Caso ele houvesse sido reeleito ou fosse do mesmo partido (ou da coligação), o político eleito representaria o mesmo grupo do seu antecessor. Caso não se constatasse essas características no candidato, então um segundo grupo de análise era realizado. Nessa segunda etapa se o candidato eleito fosse vice-governador do antigo governador ou se esse tivesse participado da formação do governo deste, o governador seria considerado pertencente ao mesmo grupo político do seu antecessor.

Essa primeira verificação já foi capaz de identificar a grande maioria das relações entre os governadores, no entanto, alguns casos necessitaram de uma análise mais profunda. Na situação na qual nenhuma dessas verificações tenha sido capaz de identificar a relação entre os governadores, um estudo da história política do governador atual foi realizado. Verificando os endereços eletrônicos dos governos estaduais, dos partidos políticos, e de jornais estaduais de cada estado foi possível constatar se o governador atual era aliado político do governador anterior ou não em cada eleição. Após isso uma tabela foi montada indicando se houve troca do grupo político a cada eleição.

Com essa informação uma terceira etapa teve início, buscando-se identificar se os governadores estavam relacionados a governadores mais antigos do que o seu antecessor. Para isso mais uma vez foi realizado um estudo dos partidos (controlando pela troca de partidos dos governadores e pela extinção e fusão partidária) e da história política de cada governador. A Tabela 5 abaixo apresenta alguns exemplos desse estudo. Em Sergipe podemos observar que durante todo o período analisado tivemos apenas três

grupos políticos ocupando o governo do estado. A primeira alteração ocorre em 2002 quando João Alves Filho vence as eleições derrotando Francisco Rollemberg (candidato apoiado por Albano do Prado Pimentel Franco), demonstrando assim que João Alves não mais pertencia ao grupo político que apoiou Albano do Prado Pimentel Franco nas eleições de 1994. Posteriormente, Marcelo Déda Chagas (PT) vence João Alves nas eleições representando um novo grupo no governo do estado.

O segundo exemplo, no estado do Ceará demonstra um caso semelhante ao de Sergipe, já que antigos aliados políticos também passam a representar grupos políticos diferentes dentro do mesmo estado. O terceiro exemplo é o estado do Mato Grosso do Sul. Nesse estado houve um total de quatro grupos políticos no período, sendo todos facilmente identificados pelo partido e pelos candidatos em cada eleição e suas respectivas coligações.

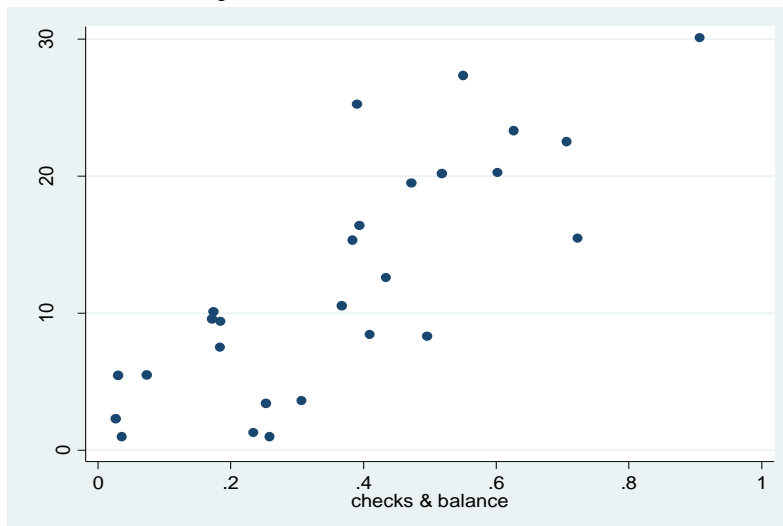
Tabela 5 – Exemplos de grupos políticos de governadores e construção dessa relação

Estado	Ano	Governadores (Partido)	Coligação	História Política	Grupos
Sergipe	1982	Joao Alves Filho (PDS)	-		1
	1986	Antonio Carlos Valadares (PFL)	-	Vice-governador de João Alves Filho em 1982.	1
	1990	Joao Alves Filho (PMDB)	PDS - PMDB - PDC - PL - PFL - PCN - PMN - PRN - PRP - PSDB		1
	1994	Albano do Prado Pimentel Franco (PSDB)	PSDB-PMDB-PFL-PPR-PRP-PPS-PL-PTB-PT do B-PSC-PSD		1
	1998	Albano do Prado Pimentel Franco (PSDB)	PPB- PL-PSC-PMDB-PPS-PV- PSDB-PMN		1
	2002	*João Alves Filho (PFL)	PPB-PDT-PST-PPS-PFL-PHS-PSD-PT do B	Perdeu as eleições de 1998 para Albano e venceu o candidato apoiado por Albano (PSDB) em 2002 (Francisco Rollemberg).	2
	2006	*Marcelo Déda Chagas (PT)	PT-PTB-PMDB-PL-PSB-PC do B	Marcelo Chagas vence João Alves Filho (PFL) que disputava a reeleição.	3
Ceará	1982	Luiz de Gonzaga Fonseca Mota (PDS)	-		1
	1986	*Tasso Ribeiro Jereissati (PMDB)	-	Tasso de Jereissati vence Aduino Bezerra (PDS).	2
	1990	Ciro Ferreira Gomes (PSDB)	PSDB-PDT-PDC	Ciro Gomes e Tasso Jereissati deixam o PMDB e migram para o PSDB. Nessas eleições são aliados políticos.	2
	1994	Tasso Ribeiro Jereissati (PSDB)	PSDB-PDT-PTB		2
	1998	Tasso Ribeiro Jereissati (PSDB)	PPB-PPS-PTB-PSD-PSDB		2
	2002	Lúcio Gonçalo de Alcântara (PSDB)	PSDB-PPB-PSD-PV		2
	2006	*Cid Ferreira Gomes (PSB)	PSB-PT-PC do B-PMDB-PRB-PP-PHS-PMN-PV	Cid Gomes vence o candidato Lúcio Gonçalo de Alcântara (PSDB) que tentava a reeleição.	3
Mato Grosso do Sul	1982	*Wilson Barbosa Martins (PMDB)	-	PMDB representava um partido de oposição ao regime militar.	2
	1986	Marcelo Miranda Soares (PMDB)	-		2
	1990	*Pedro Pedrossian (PTB)	PRN-PDS-PL-PSD	Pedro Pedrossian vence o Gandi Jamil (PDT) que pertencia a uma coligação com o PMDB.	3
	1994	*Wilson Barbosa Martins (PMDB)	PMDB-PL-PSB-PSD-PV-PSDB-PCdoB)	Wilson Marins vence Levy Dias (PPR) que pertencia a uma coligação com o PTB.	2
	1998	*José Orcírio Miranda dos Santos (PT)	PT-PDT-PPS-PAN-PSB-PCdoB	José Miranda vence Ricardo Bacha (PSDB) que pertencia a uma coligação com o PMDB e na mesma eleição vence Pedro Pedrossian (PTB).	4
	2002	José Orcírio Miranda dos Santos (PT)	PT-PSL-PTN-PSC-PL-PSDC-PSD-PC do B		4
	2006	*André Puccinelli (PMDB)	PMDB-PSC-PL-PPS-PFL-PAN-PRTB-PMN-PTC-PSDB-PT do B	André Puccinelli vence Delcídio do Amaral Gomez (PT)	2

* representa a troca do grupo político com relação ao grupo político do governador da eleição anterior.

Apêndice 2

Gráfico 18 – Correlação entre Latitude e o Índice *Checks & Balances*



A variável latitude é referente à latitude da capital de cada estado brasileiro e o índice de *Checks & Balances* tem como fonte o trabalho de Mueller *et al.* (2010).

A correlação entre latitude e o índice de *Checks & Balances* é de 0.8046.

Apêndice 3

Gráfico 3

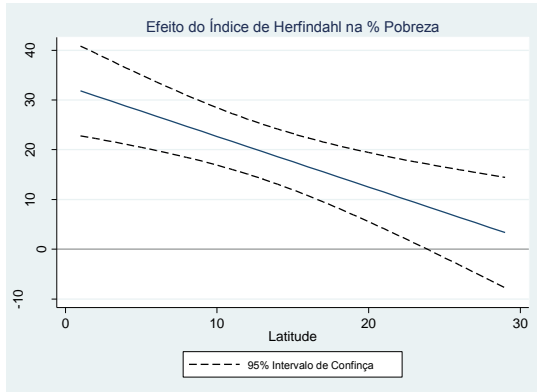


Gráfico 4

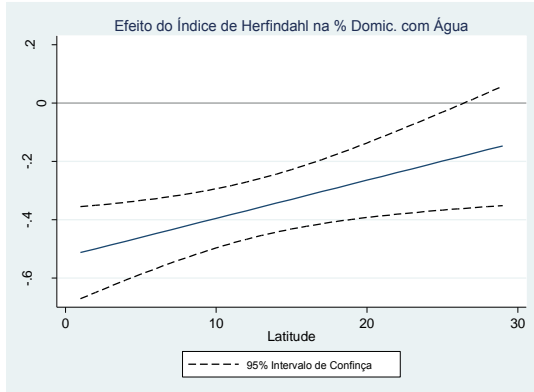


Gráfico 5

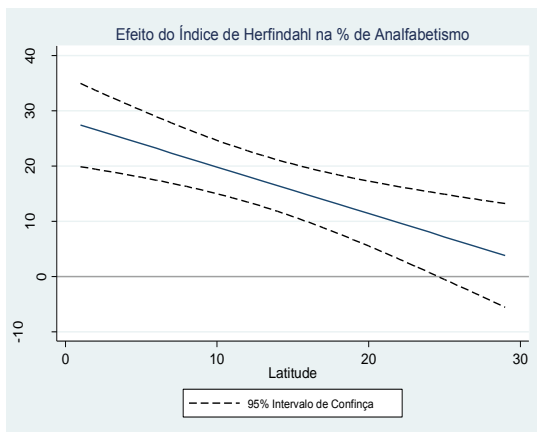


Gráfico 6

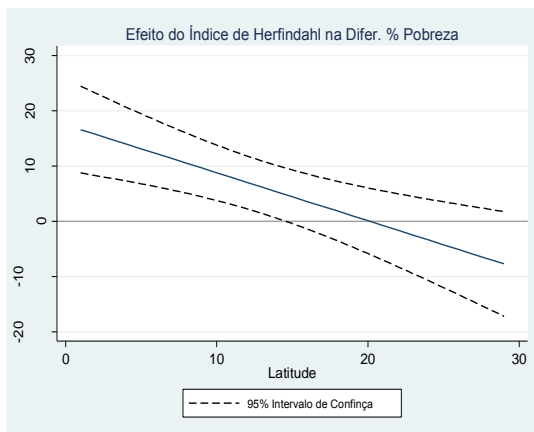


Gráfico 7

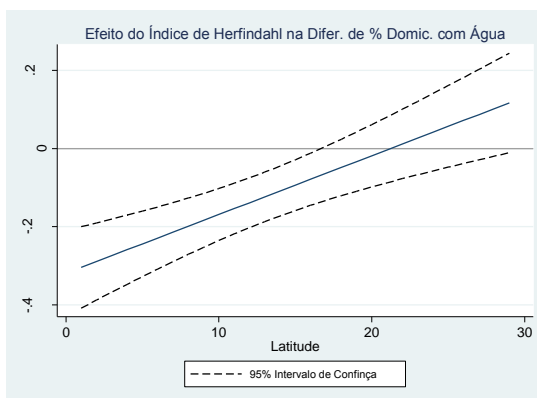


Gráfico 8

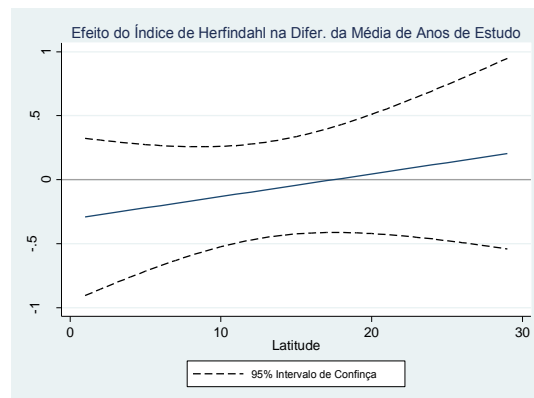


Gráfico 9

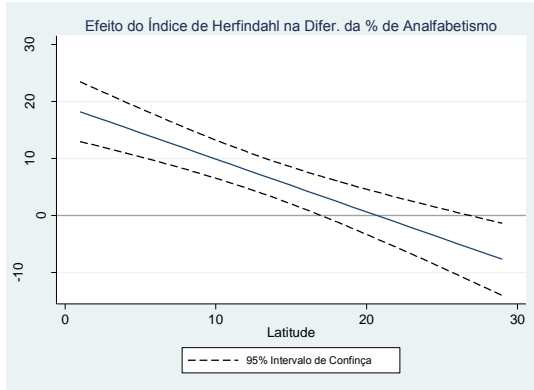


Gráfico 10

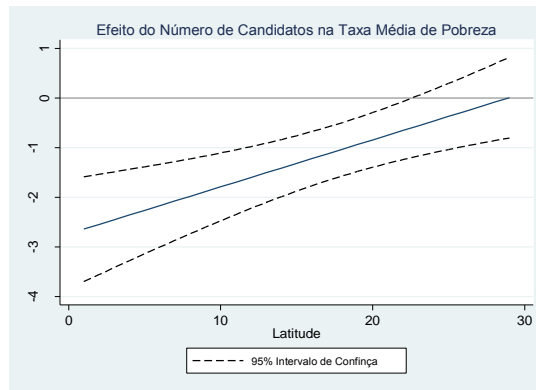


Gráfico 11

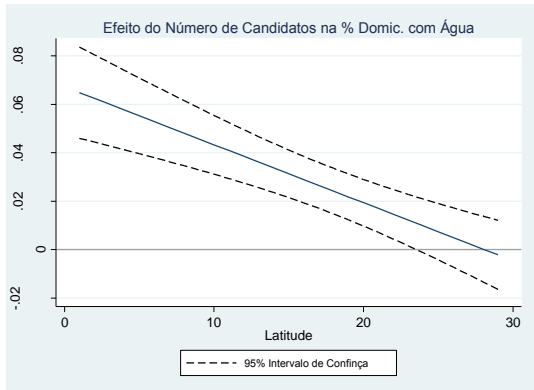


Gráfico 12

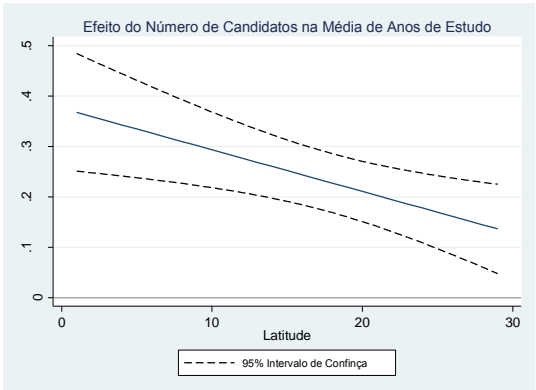


Gráfico 13

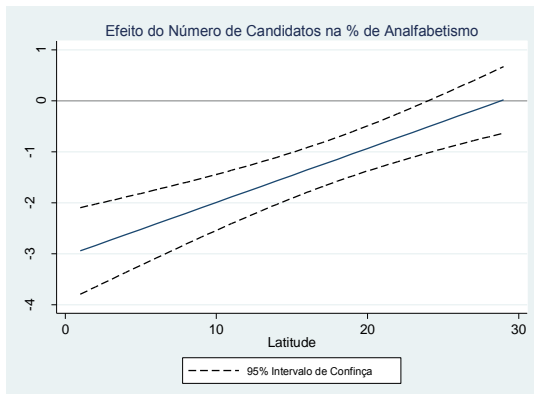


Gráfico 14

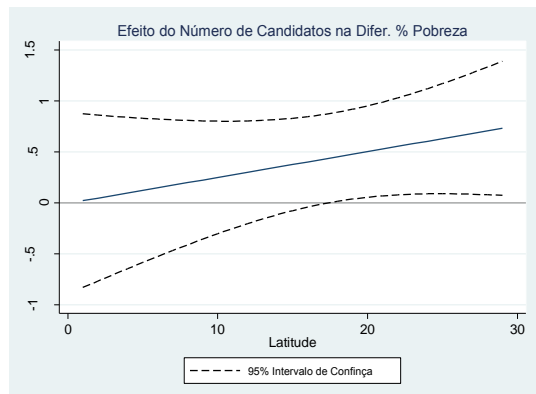


Gráfico 15

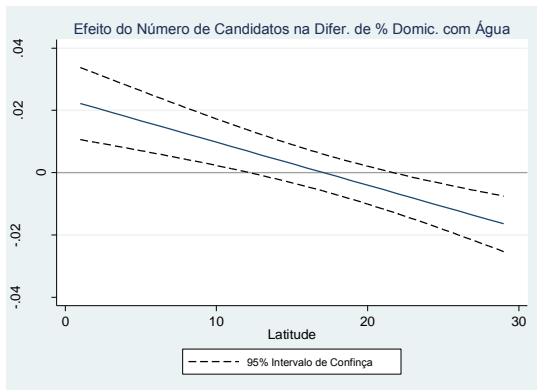


Gráfico 16

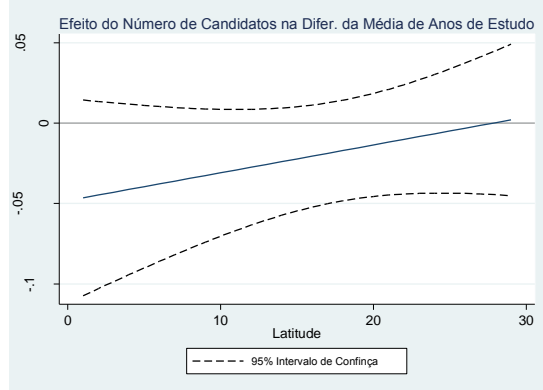


Gráfico 17

